

Universidade de Brasília  
Instituto de Relações Internacionais

Fernanda Luíza Silva de Medeiros

*Nation-building* e feminismo estatal no regime Pahlavi (1921-1979)

Brasília, 2015

Universidade de Brasília  
Instituto de Relações Internacionais

Fernanda Luíza Silva de Medeiros

*Nation-building* e feminismo estatal no regime Pahlavi (1921-1979)

Monografia apresentada à Banca Examinadora do Instituto de Relações Internacionais da Universidade de Brasília como exigência final para obtenção do título de Bacharel em Relações Internacionais, sob orientação da Profa. Dra. Vânia Carvalho Pinto.

Brasília, 2015

Universidade de Brasília  
Instituto de Relações Internacionais

Fernanda Luíza Silva de Medeiros

*Nation-building* e feminismo estatal no regime Pahlavi (1921-1979)

Monografia apresentada à Banca Examinadora do Instituto de Relações Internacionais da Universidade de Brasília como exigência final para obtenção do título de Bacharel em Relações Internacionais, sob orientação da Profa. Dra. Vânia Carvalho Pinto.

Banca Examinadora:

**Aprovada em 19/11/2015.**

---

Profa. Dra. Vânia Carvalho Pinto  
Orientadora

---

Profa. Dra. Sonia Cristina Hamid  
Instituto Federal de Brasília

---

Prof. Dr. Roberto Goulart Menezes  
IREL/UnB

Brasília, 2015

## **Agradecimentos**

Agradeço à minha orientadora, Profa. Vânia Carvalho Pinto, pela paciência e disposição a ensinar-me como me tornar uma pesquisadora de matérias de gênero. Ainda tenho muito que aprender, mas acredito ter tido a melhor orientação possível para começar.

Agradeço também a meus pais e irmão pelo apoio durante toda a minha graduação. Sem eles, teria sido impossível chegar até o final. Estendo o agradecimento a todos os meus amigos e familiares, que souberam compreender a enorme quantidade de tempo e disposição que um trabalho de pesquisa requer.

Por fim, meus agradecimentos aos meus colegas do Centro de Estudos do Oriente (CEOR) pelo tempo dedicado à revisão e discussão deste trabalho, esforço sem o qual o resultado ficaria bastante aquém do alcançado. Tive a sorte de contar também com a colaboração daqueles que, apenas por amizade, concordaram em ajudar na revisão desta monografia, mesmo sem qualquer obrigação de fazê-lo. Este resultado final é fruto da solidariedade de muitos e prova de que toda produção de conhecimento é um esforço coletivo.

## Resumo

*Nation-building* provê um terreno fértil para a reformulação dos papéis de gênero na sociedade, a começar pela importância das mulheres para o sucesso de um projeto de *nation-building* com objetivos políticos. O caso Pahlavi é emblemático dessa importância, com as mulheres sendo protagonistas de muitas das medidas do projeto da dinastia que governou o Irã entre 1921 e 1979. Trazê-las para o centro do projeto representava, para o regime, melhores chances em legitimar-se no poder e em fortalecer a identidade nacional que pretendiam difundir pelo país. Assim, os dois governos Pahlavi são casos de feminismo estatal com o objetivo de implementar a visão do regime sobre as mulheres e sua participação na sociedade. Os critérios para o sucesso de um projeto de *nation-building* serão aplicados ao caso Pahlavi, bem como a conexão de cada critério com o feminismo estatal empreendido pela dinastia. Contudo, o projeto de *nation-building* Pahlavi não obteve o sucesso esperado por seus idealizadores, fracassando em convencer a sociedade iraniana a aceitar a nova identidade e as novas prerrogativas para as mulheres previstas que a acompanhavam.

Palavras-chave: *nation-building*; direitos das mulheres; feminismo estatal; Irã; regime Pahlavi.

### **Abstract**

Nation-building is a fertile ground for the recasting of gender roles in society, especially considering the relevance of women for the success of a nation-building project. The Pahlavi case in Iran is emblematic, relating gender issues and women's rights to many aspects of the nation-building project of the dynasty that ruled the country between 1921 and 1979. Bringing women to the centre of the project meant a better chance for the Pahlavi to remain in power and foment the national identity they attempted to create. Thus, both Pahlavi administrations are cases of state feminism, aimed at implementing the regime's vision over women and their participation in society. The criteria required for the success of a *nation-building* project and the connection of such criteria to state feminism will be applied to the Pahlavi project, which failed to convince Iranian society to accept the new identity, and the new prerogatives for women that came alongside it.

Key words: *nation-building*; women's rights; state feminism; Iran; Pahlavi dynasty.

## **Lista de tabelas**

Tabela 1 .....	11-12
Tabela 2 .....	22-23
Tabela 3 .....	31-32
Tabela 4 .....	39

## Sumário

Introdução .....	08
<b>Capítulo I: A importância do status das mulheres em um contexto de nation-building....</b>	<b>11</b>
1.1. <i>Nation-building</i> : considerações teóricas .....	11
1.2. Importância dos direitos das mulheres: <i>nation-building</i> e feminismo estatal .....	13
1.2.1. Por que incluir as mulheres no projeto de <i>nation-building</i> ? .....	13
1.2.2. O feminismo estatal como estratégia .....	15
1.3. Operacionalização do modelo teórico .....	18
<b>Capítulo II: Primeira fase do projeto de nation-building Pahlavi: a ascensão de Reza Khan e a importância das mulheres iranianas para a reconstrução da identidade nacional (1921-1941) .....</b>	<b>21</b>
2.1. O projeto de <i>nation-building</i> de Reza Khan: objetivos, ideologia e a importância das mulheres .....	22
2.2. O feminismo estatal de Reza Khan .....	27
2.3. Resultados da incorporação dos direitos das mulheres ao projeto de <i>nation-building</i> ....	29
<b>Capítulo II: Segunda fase do projeto de nation-building: a instrumentalização dos direitos das mulheres e a legitimação do governo de Mohammad Pahlavi (1941-1979).....</b>	<b>30</b>
3.1. Os objetivos e a fundamentação ideológica do <i>nation-building</i> no segundo governo Pahlavi e a importância das mulheres .....	31
3.2. O feminismo estatal do governo de Mohammad Pahlavi .....	36
3.3. Resultados da incorporação dos direitos das mulheres ao projeto de <i>nation-building</i> .....	38
<b>Capítulo IV: A reação das mulheres iranianas ao nation-building e feminismo estatal do regime Pahlavi.....</b>	<b>40</b>
4.1. A reação das mulheres ao feminismo estatal de Reza Khan.....	41
4.2. A reação ao feminismo estatal de Mohammad Pahlavi.....	43
4.3. Reação das mulheres na sociedade civil à incorporação de seus direitos ao projeto de <i>nation-building</i> .....	45
Conclusão .....	48
Referências bibliográficas .....	50

## Introdução

Desde 1979, muita atenção tem sido dada à situação das mulheres no Irã, principalmente por parte do Ocidente – o país se tornou um dos exemplos de “atraso” em relação às questões e direitos femininos. Ziba Mir-Hosseini (1996, p. 146) destaca que as mulheres figuram como o grupo social que mais perdeu direitos com a ascensão dos aiatolás em 1979, após a Revolução Islâmica<sup>1</sup>. A autora argumenta que questões de gênero se tornaram fundamentais para a sociedade iraniana, e debates sobre os direitos e prerrogativas das mulheres se tornaram frequentes, mobilizando o país em torno dessas questões (MIR-HOSSEINI, 1996, p. 146). Ao analisar o período imediatamente anterior à Revolução, nota-se que essa importância é continuação do protagonismo que questões de gênero possuíram no Irã ao longo de todo o século XX. A Revolução Islâmica foi, nas palavras de Hamideh Sedghi (2009, p. 199) uma revolução contra-sexual, representando um *backlash* contra os direitos que as mulheres adquiriram do Estado no regime anterior, da dinastia Pahlavi (1921-1979). Este trabalho se voltará à análise deste período, e do protagonismo das questões de gênero no projeto de *nation-building* empreendido pela dinastia.

O primeiro governo Pahlavi (1921-1941), do general Reza Khan, fez da situação das mulheres no país uma prioridade desde sua primeira década no poder. Khan se deparou com um país dividido, com o poder pulverizado entre vários atores que não se submetiam à autoridade do Estado, inclusive potências estrangeiras com interesses locais e regionais<sup>2</sup> (WAGNER, 2009, pp. 19-20). Quando assumiu o poder, deu início à construção do que considerava como um Irã ideal, com um Estado soberano e moderno e uma sociedade civil correspondente. Para atingir tal objetivo, Khan pretendia reformular totalmente a noção de cidadão iraniano. O *status* das mulheres iranianas se encontrava no centro dessa visão, sendo um elemento fundamental da modernização que o novo xá pretendia implementar no país.

Mohammad Pahlavi, filho de Reza Khan (1941-1979), assumiu o poder logo depois da abdicação forçada de seu pai (WAGNER, 2009, p. 30). A situação política era consideravelmente diferente neste período, com os problemas de Mohammad Pahlavi vindo principalmente de antagonismos domésticos. Pahlavi via como solução para essa

---

<sup>1</sup> A Revolução Islâmica foi um movimento popular do fim da década de 1979 que levou à queda do regime Pahlavi, a última monarquia iraniana, e ao estabelecimento de uma república teocrática xiita.

<sup>2</sup> Em 1921, o Irã estava virtualmente dividido entre o Reino Unido e a União Soviética, com tropas de ambos os países localizados nos extremos do território iraniano.

instabilidade a manutenção do projeto de *nation-building* de Reza Khan, e comandou uma modernização mais agressiva em resposta principalmente à oposição religiosa. Assim, prosseguiu com as reformas destinadas às mulheres, previstas em sua Revolução Branca<sup>3</sup> (PAIDAR, 1995, p. 28). É no governo de Mohammad Pahlavi que se nota melhor a distensão do movimento feminista e das mulheres iranianas em relação ao governo, que reagem ao autoritarismo do regime. As tensões entre as mulheres iranianas e o regime Pahlavi existiram, porém, desde o início do regime e se estenderam até sua queda, quando a participação feminina na Revolução Islâmica foi recorde e determinante, confirmando a força política das mulheres (SEDGHI, 2007, p. 195).

Considerando o exposto, este trabalho tem como objetivo principal compreender a importância dos direitos das mulheres para o regime Pahlavi em seu projeto de *nation-building*. Este objetivo, por sua vez, desmembra-se em três: (i) estabelecer a ligação entre *status* das mulheres, seus direitos e suas demandas e o *nation-building*; (ii) mapear o projeto de *nation-building* do regime Pahlavi, destacando suas características e resultados e delineando as estratégias do regime para implementar reformas que viabilizassem uma visão própria e específica a respeito de quais direitos, prerrogativas e oportunidades deveriam ter as mulheres e (iii) verificar a participação das mulheres iranianas no projeto, para compreender a relação entre a agência estatal e a individual nesse contexto.

Com base no objetivo supracitado, torna-se imperativo perguntar: por que as mulheres foram importantes para o projeto de *nation-building* do regime Pahlavi no Irã? Este é o questionamento central deste trabalho. À primeira vista, conjetura-se que o projeto de *nation-building* do regime Pahlavi focava justamente na modernização do Irã para tanto legitimar a dinastia quanto para melhorar a perspectiva internacional sobre o país, e o *status* das mulheres iranianas representava essas mudanças. Além disso, esta era uma oportunidade para romper com setores tradicionais da sociedade que se opunham ao governo. A dinastia utiliza então a importância simbólica das mulheres e a operacionalização desta por meio do feminismo estatal para modificar esse *status* e se legitimar, cumprindo seu objetivo de modernização e garantindo a estabilidade da dinastia no poder.

---

<sup>3</sup> A Revolução Branca foi um movimento estatal de reformas lançado em 1963, no governo de Mohammad Pahlavi, que sintetizava os objetivos do governo e visava implantar, em último estágio, a “Grande Civilização” – a visão de Pahlavi a respeito do Irã ideal (PAIDAR, 1995, p. 144).

A pergunta que norteia essa pesquisa não pode ser respondida sem, primeiramente, fazer uma análise do projeto de *nation-building* Pahlavi, reconhecido como um dos principais projetos de construção nacional do século XX. Para tanto, este trabalho se apóia nas observações de Jochen Hippler (2005) e Claudia Derichs (2005) a respeito do conceito de *nation-building*. Os critérios por eles delineados para o sucesso de um projeto são aplicados à visão de Reza Khan e Mohammad Pahlavi. Sem embargo, uma análise voltada apenas para o projeto de *nation-building* não estaria completa sem dar fundamento teórico à importância das questões de gênero. Neste ponto, verifica-se que o Estado iraniano assume para si a responsabilidade de garantir direitos e oportunidades para as mulheres.

A partir dessa premissa, desenvolvem-se dois níveis de análise. O primeiro permite compreender a importância das mulheres em situações de construção da identidade nacional e *nation-building*, baseado nas perspectivas teóricas de Nira Yuval-Davis (1992), Deniz Kandiyoti (2004) e Valentine Moghadam (1999). O segundo nível representa a operacionalização dessa importância – um fenômeno conhecido como feminismo estatal, em que o Estado assume responsabilidade por políticas públicas que garantem esses direitos e oportunidades para as mulheres. O conceito de feminismo estatal surge originalmente no Escandinávia e na Austrália, mas é aplicado por autoras como Mervat Hatem (1993) e Jenny White (2003) no Egito e na Turquia, por exemplo, onde assume as diferenças impostas pelos contextos e o impacto que estas têm sobre o conceito original.

Com vistas ao disposto, este trabalho apresenta quatro capítulos, além desta introdução. No primeiro, apresentar-se-á o modelo teórico a ser utilizado para a análise dos governos de Reza Khan (1921-1941) e Mohammad Pahlavi (1941-1979). Para fins deste trabalho, considera-se que ambos os governos representam duas fases do mesmo projeto de *nation-building*. Por conseguinte, cada governo receberá um capítulo próprio, sendo o governo de Reza Khan analisado no segundo capítulo e o de seu filho Mohammad Pahlavi, no terceiro. Por fim, um trabalho sobre direitos das mulheres não pode se furtar à apresentação dos pontos de vistas das mulheres em si, suas demandas e seu posicionamento em relação às ações estatais aqui analisadas. Destarte, a reação das mulheres e do movimento organizado de mulheres iranianas será discutida no quarto capítulo. A análise será encerrada por meio de uma seção dedicada às linhas conclusivas.

## Capítulo I

### A importância do *status* das mulheres em um contexto de *nation-building*

#### 1.4. *Nation-building*: considerações teóricas

Jochen Hippler (2005) expõe o conceito de *nation-building* sob duas perspectivas principais: um processo orgânico, que culmina naturalmente em desenvolvimento socioeconômico e unificação nacional; e uma perspectiva mais instrumentalista, em que *nation-building* representa um projeto estratégico e com objetivos políticos. Em primeiro lugar, *nation-building* pode ser entendido como um processo que se desenvolve como resultado da interação entre dinâmicas políticas, sociais, econômicas e culturais. Nesse caso, tais elementos se combinam de maneira orgânica, normalmente fruto de desenvolvimento histórico (HIPPLER, 2005, p. 5). É possível, então, entender *nation-building* como um processo que resulta também em pacificação e reconstrução, dado seu caráter orgânico, e é muitas vezes observável em contextos de superação de conflitos sectários (HIPPLER, 2005, p. 13).

O termo *nation-building* pode igualmente representar um objetivo político em si, ou uma estratégia para atingir objetivos políticos (HIPPLER, 2005, PP. 6-7). Nesse caso, atores domésticos e externos buscam criar ou fortalecer um sistema social e político, constituído costumeiramente como um Estado-nação ou outra unidade político-administrativa que sirva a seus interesses e que possua legitimidade cultural sobre a sociedade que governa. *Nation-building* se torna, então, a construção deliberada de uma identidade nacional, valendo-se de sentimentos nacionalistas e com finalidades políticas claras. Neste contexto o termo é sinônimo, portanto, de um projeto de engenharia social (HALL, 1993, p. 2; HIPPLER, 2005, pp. 6-7; SMITH, 1991, pp.231-232; TILLY, 1993, p. 29).

Amri B. Shamsul (1996, p. 485) desenvolve essa visão instrumentalista por meio do conceito de *nation-of-intent*, que por sua vez é retomado por Claudia Derichs (1999, p. 4). Shamsul (1996, p. 485) foca sua análise na implementação de uma visão específica a respeito de uma nação por meio de uma elite com objetivos políticos. Logo, a criação de um sentimento nacionalista forte é primordial, uma vez que é necessário que a população legitime o projeto de *nation-building* para que este seja efetivo. Uma *nation-of-intent* é, portanto, uma visão específica sobre o que um território, suas instituições e seus cidadãos devem ser. Essa visão pertence a um grupo de engenheiros

sociais, que são aqueles com interesses que se refletem nessa visão específica e que se responsabilizam por implementá-la (BORGERHOFF, 2009, p. 105).

Em alguns contextos as definições de *nation-building* como um processo e um projeto se mesclam. *Nation-building* pode significar, ao mesmo tempo, uma estratégia de desenvolvimento e uma estratégia de poder, dependendo das circunstâncias políticas e dos atores envolvidos (HIPPLER, 2005, pp. 6-7). Ademais, esses diferentes contextos revelam variáveis que podem determinar o sucesso ou fracasso da empreitada em longo prazo, conforme apontam Claudia Derichs (2005) e Hippler (2005). Derichs (2005, p. 44), explica que, para o projeto de integração nacional/desenvolvimento socioeconômico ter sucesso, é necessário que este seja uma necessidade política da sociedade em questão, se tornando parte da sua rotina, e não apenas uma ideologia restrita à elite; nesse sentido, o governo precisa ser capaz de convencer a população da importância do projeto, vendendo-o à população como uma necessidade política da mesma (DERICHHS, 2005, p. 44). Para tanto, seria necessário, também, agregar ao projeto de *nation-building* as prioridades de toda a população, associando o projeto a outras questões da agenda nacional, como educação e infraestrutura. Dessa forma, ele perde o caráter puramente ideológico e se torna a raiz de um programa sólido de políticas públicas (DERICHHS, 2005, p. 45), mesclando uma estratégia de poder com uma estratégia de desenvolvimento.

Para concretizar o projeto de *nation-building*, seria necessário, também, aproximá-lo das experiências da sociedade em questão. De tal modo, é imprescindível que exista uma narrativa construída por meio de um repertório cultural que seja familiar a essa sociedade, mobilizando elementos identitários e simbólicos (DERICHHS, 2005, p.46). Por fim, é necessário que o projeto seja flexível e aberto à mudança, adaptando-se diante da resposta da sociedade. Este aspecto é especialmente importante, uma vez que, ao empreender em um projeto de *nation-building*, o governo não pode se manter alheio às expectativas domésticas e externas, guiando o projeto de maneira autoritária e isolada. Dessa maneira, tornar-se-ia mais difícil conduzir o projeto a longo prazo, fragilizando-o perante *nations-of-intent* concorrentes e diminuindo sua capacidade de unificar grupos diversos em torno de uma única nação (DERICHHS, 2005, pp. 46-47).

Nessa mesma direção, Hippler (2005, pp. 7-8) aponta que *nation-building* só será um projeto com sucesso em longo prazo se for constituído a partir de uma ideologia integradora, ou seja, que procure abarcar todas as experiências e necessidades dos diferentes grupos que constituem a sociedade. Dessa forma, primeiramente, os

indivíduos devem se identificar mais com o novo Estado-nação construído do que com a comunidade, clã ou tribo a que pertencem – por exemplo, que se identifiquem mais como alemães do que como bávaros (HIPPLER, 2005, p. 8). Em segundo lugar, a sociedade deve ser integrada na prática, por meio da melhor comunicação entre os grupos que a compõem. Isso significa principalmente uma melhor infraestrutura que permita o trânsito entre regiões distantes no país, o estabelecimento de canais de mídia em massa e a integração total da economia nacional (HIPPLER, 2005, p.8-9).

Por fim, torna-se necessário apontar algumas limitações das teorias de *nation-building* em contextos não-ocidentais. Os requisitos necessários para o sucesso do projeto de *nation-building* refletem experiências europeias que já demonstraram ter falhado em países fora do eixo ocidental, e desconsideram situações étnico-comunitárias mais complexas, bem como a maior importância que influências externas têm sobre países anteriormente colonizados. De qualquer maneira, considerando as características específicas do projeto de *nation-building* tratado neste trabalho, que possui como um de seus objetivos a modernização (em sentido ocidental) da sociedade em questão, essa teoria pode ser aplicada sem ressalvas mais graves.

## 1.5. Importância dos direitos das mulheres: *nation-building* e feminismo estatal

### 1.5.1. Por que incluir as mulheres no projeto de *nation-building*?

De acordo com Vânia Carvalho Pinto (2012), o *nation-building* provê um terreno fértil para a reformulação das questões e dos papéis de gênero na sociedade, a começar pela importância das mulheres para o sucesso do projeto, bem-explorada pela literatura específica, principalmente em contextos pós-coloniais<sup>4</sup>. Isso ocorre porque a discussão acerca da cidadania das mulheres, de seus direitos e de suas prerrogativas é oriunda dos países considerados como mais desenvolvidos e, historicamente, encontra nos países pós-coloniais seu espaço inicial no âmbito da construção da identidade nacional e do nacionalismo (MOGHADAM, 1999, p. 138).

Dessa forma, é importante destacar que o nacionalismo traz as mulheres para a vida pública por meio da oportunidade de fazer parte do projeto de *nation-building*. Ainda assim, as estruturas patriarcais de submissão dificilmente são questionadas por

---

<sup>4</sup> Ver Kumari Jayawardena (1986); Nira Yuval-Davis (1992), Deniz Kandiyoti (2005), Haleh Afshar (1996), entre outros.

aqueles à frente do projeto (KANDIYOTI, 2004, pp. 54-55). Isso se dá principalmente pela existência de uma contradição fundamental na relação entre feminismo e nacionalismo: apesar de chamar as mulheres à participação na causa nacional e propor-lhes uma mudança de costumes, leis e direitos, o movimento nacionalista também determina quais papéis as mulheres podem desempenhar, muitas vezes sem questionar as estruturas patriarcais que determinam esses papéis (KANDIYOTI, 2004, p. 48).

Nesse contexto, destacam-se dois papéis principais atribuídos às mulheres. Como mães, exercem função influente na educação de gerações futuras, tendo, então, a capacidade de difundir o conceito de nação entre essas gerações – como se passassem a nacionalidade de mãe para filho (CARVALHO PINTO, 2012). As mulheres também possuem caráter simbólico para o nacionalismo, sendo vistas como “mães da nação” e, como tais, guardiãs e representantes da honra do país, símbolo do que a nação é e pode vir a ser (KANDIYOTI, 2004, p. 45). Por meio desses papéis pré-definidos, a mulher se torna um símbolo do que a própria nação é, representando seus costumes, honra e desenvolvimento. Ainda que a abertura de um espaço público para a participação das mulheres e para a discussão de suas questões seja importante, é necessário compreender o viés instrumentalista que o nacionalismo pode adquirir. As mulheres são importantes para unir a nação, tanto em torno do símbolo feminino quanto para mostrar à sociedade internacional que a nação que surge é “moderna”, mas isto não necessariamente representa um diálogo verdadeiro entre o feminismo e o nacionalismo (KANDIYOTI, 2004, p. 49; YUVAL-DAVIS, 1997, p. 13-14).

Valentine Moghadam (1999) afirma ser impossível ignorar as questões das mulheres em um projeto de *nation-building*. De acordo com a autora, a eventual rejeição de questões referentes ao *status* das mulheres, apontadas como irrelevantes ao processo, é feita deliberadamente. Aqui, essas questões são conscientemente rechaçadas pelos que estão à frente do projeto de nação, que as consideram uma interferência estrangeira, uma armadilha ocidental criada para aprofundar divisões internas (MOGADHAM, 1999, p. 138). Por outro lado, a inclusão dos direitos e das demandas das mulheres no projeto de *nation-building* evoca não apenas um desejo de unificar a nação em torno do projeto, mas também enxerga o status das mulheres na sociedade como um sinal sólido de modernidade, progresso e civilização.

A ligação entre o *status* das mulheres dentro do Estado-nação e noções de modernidade e progresso internacionais é exposta por Ann Towns (2009), em seu

trabalho em que argumenta que esse *status* é, por isso só, um padrão de civilização<sup>5</sup>. De acordo com Towns, a concessão de direitos básicos e segurança às mulheres é propagandeada como parte de uma concepção ocidental de civilização (TOWNS, 2009, pp. 681-682). Sem embargo, o mesmo padrão de civilização preconiza a inexistência de direitos políticos para as mulheres, transformando em norma a exclusão das mesmas do espaço público de tomada de decisão. Argumenta-se que as mulheres são incapazes de assumir o fardo da vida pública, graças às suas obrigações particulares e características físicas e psicológicas.

A ideia de civilização no que tange às relações de gênero, portanto, dividia-se entre protegê-las dos excessos masculinos e garantir que as mulheres agissem de acordo com as expectativas socioculturais relacionadas ao gênero feminino. O reflexo desse pensamento nas colônias europeias na África e na Ásia foi claro: enquanto se usava a situação das mulheres como símbolo da *backwardness* desses países e, dessa maneira, uma justificativa para a colonização, também se procurava excluir as mulheres do processo político por meio do mesmo argumento de civilização. A participação das mulheres no *nation-building* é, portanto, importante tanto para elas quanto para o Estado-nação que se forma e do qual fazem parte, mas dificilmente questiona as estruturas patriarcais que validam determinados argumentos impeditivos para a emancipação das mulheres.

#### 1.5.2. O feminismo estatal como estratégia

A importância das mulheres para o Estado é observável em diferentes níveis, desde a construção nacional, conforme explanado acima, até o desenvolvimento de políticas domésticas que consolidem um processo de *nation-building*. Dentro deste último, é possível desenvolver e construir o conceito de feminismo estatal, ainda que seu surgimento não tenha se dado exatamente em um contexto de instrumentalização em nome da construção nacional ou da legitimidade de um Estado. Esse conceito possui uma gama de significados, sendo atualmente entendido como as atividades de

---

<sup>5</sup> Alguns atores apontam a existência de um *padrão de civilização global* que compreende uma série de requisitos para que um Estado possa ser considerado como civilizado. Esse padrão surgiu como uma forma de proteger os cidadãos europeus que viviam nas novas colônias do fim do século XIX e também como uma forma de diferenciá-los dessas colônias. Com o tempo, o padrão se desenvolveu e se tornou uma espécie de definidor de quais países pertencem à sociedade internacional e quais não (GONG, 2002; MOZAFFARI, 2002; DONNELLY, 2001).

feministas ou ‘femocratas’<sup>6</sup> dentro de um governo ou administração; como o feminismo institucionalizado de agências e órgãos públicos; ou ainda como a capacidade do Estado de contribuir para o cumprimento dos objetivos da agenda feminista (LOVENDUSKI, 2005, p. 4).

Tais definições de feminismo estatal são fortemente influenciadas por sua origem escandinava e australiana. Nesses países, o Estado é geralmente entendido como uma instituição *women-friendly*, isto é, um Estado que garante que a mulher possua um equilíbrio saudável entre os aspectos públicos, profissionais e familiares de sua vida, sendo geralmente receptivo às demandas e necessidades delas. Nesse contexto, considera-se feminismo estatal como a combinação de um feminismo *top-down*, ou seja, um “feminismo que vem de cima”, por parte do Estado, com um feminismo *bottom-up*, ou “feminismo que vem de baixo”, caracterizando as mobilizações das mulheres. É uma combinação ideal entre agência estatal e agência individual (HERNES, 1987 *apud* BORCHORST; SIIM, 2005, p. 209).

Joyce Outshoorn e Johanna Kantola (2007, p. 25) apontam que, mesmo na Europa, é possível notar as transformações que o conceito sofre em diferentes conjunturas, onde a referida combinação equilibrada de feminismo proveniente do Estado e da mobilização popular não existe. Nos países do antigo bloco soviético, por exemplo, o termo assumiu conotações negativas, pois representaria políticas direcionadas às mulheres, mas decididas arbitrariamente pela elite masculina, em uma ação de cima para baixo e sem diálogo político (KANTOLA; OUTSHOORN, 2007, pp. 25-26). Além disso, uma problematização deve ser feita acerca da própria nomenclatura, que prevê ativismo do Estado sobre assuntos que, sob uma perspectiva liberal, deveriam ficar a cargo do indivíduo, por dizerem respeito à vida privada dos cidadãos. Considerando-se tal problema, ressalta-se a importância do equilíbrio entre a agência estatal e a individual, especialmente em contextos em que, sem a ação estatal, determinados direitos não podem ser obtidos por minorias sociais.

Mervat Hatem (1992) utiliza o conceito de feminismo estatal no Oriente Médio, aplicando-o ao Egito. A autora afirma que não se deve banalizar o conceito ao defini-lo apenas como um compromisso ideológico do Estado para com direitos das mulheres. Este, na verdade, representaria uma ação mediada por políticas públicas ambiciosas, visando modificar os papéis produtivos e reprodutivos das mulheres com o objetivo de

---

<sup>6</sup> *Femocratas* são mulheres que ocupam cargos públicos ou, ainda, mulheres que fazem serviço burocrático em agências governamentais que lidam com questões femininas.

remover as estruturas de subordinação a que elas são submetidas. Para tanto, transformam-se questões de reprodução e produção em assunto público, e não mais exclusivamente privado (HATEM, 1992, p. 231).

O feminismo estatal de Hatem representa uma estratégia que surge à medida que o Estado-nação se desenvolve e se vale das habilidades das mulheres de classe média para incorporá-las à força produtiva. Além disso, oferecer às mulheres empregos, educação e saúde contribui para uma imagem mais progressiva e moderna do Estado (HATEM, 1992, p. 232). Ao conceder direitos e reformas às mulheres, o Estado também evita que elas se mobilizem contra ele e prejudiquem a unidade nacional ou minem a base de apoio sobre a qual tal Estado se sustenta.

No âmbito do presente trabalho, porém, faz-se necessário problematizar o conceito de feminismo estatal, considerando contextos sociais onde a agência individual é reprimida pelo Estado ou mesmo cooptada. Nessas diferentes conjunturas, o feminismo estatal representa muito mais uma instrumentalização dos direitos e das reivindicações das mulheres, do que uma ambição em combater a subordinação feminina. Na realidade, as reformas introduzidas pelo governo são normalmente acompanhadas por uma reação conservadora acerca da posição das mulheres na sociedade e na família, em busca de evitar que os papéis de gênero que refletem a desigualdade sejam redefinidos (HATEM, 1992, p. 232-233). Assim, ocorre uma prevalência do feminismo oriundo por parte do Estado – *top-down* – em relação à contrapartida que deveria existir por parte dos movimentos de mulheres. O feminismo estatal assume uma característica elitizada e definida exclusivamente nos termos de interesse desse Estado.

Em contextos de modernização, como expõe Jenny B. White (2003), o feminismo estatal pode servir ao interesse do Estado de transformar a nação, usando a mulher como exemplo de “civilidade” e “progresso”. O Estado se compromete em expandir o papel público da mulher, mas sem interferir no âmbito doméstico e familiar, de modo a não despertar a desconfiança nas camadas mais tradicionais da sociedade ao projeto de *nation-building* do governo (WHITE, 2003, pp. 153-155). As medidas tomadas por esse tipo de feminismo estatal não pretendiam modificar o estrato social, e sim garantir às mulheres determinados direitos que dessem ao país a aparência de “moderno”, sem romper com a tradição. Por exemplo, as mulheres poderiam ir à escola, mas reservando seu papel social tradicional como filhas e futuras esposas. O fardo se torna duplo a partir do momento em que as mulheres podem aproveitar as novas

oportunidades de educação, mas também devem se preparar para os papéis tradicionais, como boas mães e esposas. Em países como a Turquia, as mulheres foram proibidas pelo Estado de usar o véu islâmico, mas deveriam continuar a vestir-se de maneira “modesta e respeitosa” para não “provocar uma derrocada moral no país” (WHITE, 2003, p.147). Dessa forma, é possível compreender feminismo estatal como uma estratégia de instrumentalização, ao cooptar a agência das mulheres e transformá-las em políticas públicas que são sim favoráveis, mas que podem não ser legítimas, representando ações estatais sem respaldo social.

#### 1.6. Operacionalização do marco teórico

Este trabalho propõe-se analisar a instrumentalização dos direitos das mulheres feita pelo regime Pahlavi no Irã em nome de seu projeto de *nation-building*. Conforme exposto acima, essa instrumentalização ocorre em dois principais níveis: primeiramente, por meio da simbologia em torno do *status* das mulheres, fortemente ligada a noções de modernidade, civilização e nacionalismo e a operacionalização dessa simbologia, por meio do feminismo estatal.

Entende-se que o projeto se iniciou quando Reza Khan, o primeiro xá da dinastia, assumiu o poder. Seu filho, xá Mohammad Pahlavi, deu continuidade ao projeto em seu próprio governo, até ser deposto em 1979. Considerando a teoria de *nation-building* e instrumentalização do *status* e direitos das mulheres expostas acima, deriva-se uma estrutura analítica que será aplicada ao caso iraniano no período supracitado. Essa estrutura compreende três pontos principais:

##### I. A ideologia e os objetivos do projeto de *nation-building*:

Procura-se compreender o próprio projeto de *nation-building* e suas principais características ideológicas, considerando-se as mudanças que o regime procurava causar no país, e qual a importância das mulheres para essa construção de idéias. Aqui, considera-se o tipo de análise feita por Kandiyoti (2004) e Yuval-Davis (1992), em que a participação das mulheres em projetos de *nation-building* é inevitável, graças à forte carga simbólica que elas têm para a construção da identidade nacional.

Além disso, pretende-se analisar os principais objetivos do regime em empreender em um projeto de *nation-building*, que correspondem diretamente aos interesses dos Pahlavi em construir uma nação unificada e feita à base de sua ideologia modernizadora e que possuem ramificações em relação às mulheres iranianas. O *nation-*

*building* empreendido pelos Pahlavi não afetava as mulheres apenas como cidadãs iranianas, mas afetavam-nas especificamente graças à visão específica que o regime possuía sobre civilização, modernização e progresso. As mulheres se encontravam no centro dessa visão, conforme previsto pela teoria desenvolvida por Ann Towns (2009).

## II. A operacionalização do *nation-building* no tocante às mulheres: o feminismo estatal Pahlavi

Nesta seção serão apresentadas as reformas instituídas de maneira a colocar em prática a ideologia do regime em relação às mulheres. Essas medidas constituem no feminismo estatal do regime, em um cenário onde o Estado iraniano, sob os Pahlavi, assumiu a responsabilidade de transformar o *status* das mulheres iranianas.

Esta seção é, portanto, mais descritiva, e se dedica a apresentar as mudanças e transformações legais patrocinadas pelo Estado. As reformas no *status* legal das mulheres ganha destaque, principalmente em dois momentos históricos específicos: a década de 1930, que marcou o período de reformas mais intenso do governo de Reza Khan; e a década de 1963, em que foi lançada a Revolução Branca, no governo de Mohammad Pahlavi.

## III. Os resultados:

Este ponto objetiva verificar o grau de êxito do projeto, usando os critérios elencados por Derichs (2005) e Hippler (2005) como indicadores. Essa seção também analisa a aceitação ou resistência das mulheres e da sociedade ao processo de instrumentalização de seus direitos. Essas informações serão organizadas em uma tabela, de maneira a tornar a análise mais sintética.

A estrutura será aplicada aos dois governos, separando-os em dois capítulos diferentes para uma análise mais completa. O quarto capítulo, que retrata a reação das mulheres ao *nation-building* Pahlavi, apresentará a reação das mesmas não apenas ao feminismo estatal, mas também ao projeto de *nation-building* em si.

A análise final se dará por meio da tabela abaixo:

<b>Critério</b>	<b>Aplicação no projeto de <i>nation-building</i> Pahlavi</b>	<b>Importância dos direitos das mulheres de acordo com este critério</b>	<b>Cumprimento do critério</b>
Ideologia integradora			

Necessidade política			
Capacidade de convencimento do governo			
Repertório cultural familiar à sociedade em questão			
Reformas que operacionalizam as ideias dos engenheiros sociais			

## Capítulo II

### Primeira fase do projeto de *nation-building* Pahlavi: a ascensão de Reza Khan e a importância das mulheres iranianas para a reconstrução da identidade nacional (1921-1941)

“Eu estou bastante satisfeito de ver que, como resultado de conhecimento e aprendizado, as mulheres estão se apropriando de sua própria condição, direitos e privilégios... Nós não devemos esquecer que até agora metade da população não era levada em consideração. (...) Não estou tentando apontar contrastes entre hoje e antes, mas vocês senhoras devem considerar o hoje como um grande dia. Vocês devem aproveitar as oportunidades que agora têm para melhorar nosso país”

Reza Khan, 1936 (MAHDAVI, 2003, pp. 194-195).

No capítulo anterior, foram expostas as ferramentas que permitirão a análise a ser empreendida neste capítulo e nos anteriores. Foram discutidos aspectos do conceito de *nation-building*, do simbolismo da participação das mulheres no nacionalismo e no *nation-building* e o conceito de feminismo estatal. Neste capítulo II, a estrutura teórica desenvolvida a partir desses conceitos será aplicada ao governo de Reza Khan, que assumiu o poder no Irã em 1921. Khan trouxe o *status* das mulheres para o centro da sua visão nacionalista, colocando-os como parte intrínseca ao progresso do país e instituindo, assim, leis e reformas que modificaram profundamente o país.

Uma contextualização histórica faz-se então necessária. Em 1921, antes da ascensão de Khan, o Irã encontrava-se em uma situação política delicada. O governo, sob o regime da dinastia Qajar, falhava em ser uma referência central para a sociedade e se encontrava instável diante de um cenário de poder pulverizado. Internamente, o poder dos ulemás<sup>7</sup> e dos líderes das tribos do interior minava a autoridade política do Estado. Externamente, as grandes potências da época, principalmente a Grã-Bretanha e a recém-formada União Soviética, haviam transformado o Irã em uma zona de guerra (ZIRINSKY, 1992, p. 640). O governo central não conseguia exercer sua influência para além da capital, e via o Norte e o Sul dominados por soviéticos e britânicos, respectivamente (WAGNER, 2009, p. 20; ZIRINSKY, 1992, pp. 644-645).

Reza Khan construíra uma sólida reputação por meio de sua carreira militar, e foi colocado pelos britânicos à frente das tropas iranianas que combatiam a invasão soviética do país, sob o título de “ministro da Guerra”. Em seguida, com o apoio do

---

<sup>7</sup> Ulemás representam os sacerdotes seniores na hierarquia do xiismo, a vertente dominante do Islã no Irã.

Reino Unido, Khan foi empossado como primeiro-ministro<sup>8</sup>. Eventualmente, conseguiu estabilizar o país, reforçando a autoridade do Estado central (KATOUZIAN, 2003, p. 19; ZIRINSKY, 1992, pp. 645-646). Inicialmente, Khan pretendia proclamar uma república nos moldes da República Turca, mas a ideia enfrentou grande resistência do corpo clerical, que temia a secularidade considerada como intrínseca à forma republicana de governo (WAGNER, 2009, p. 23). Dessa maneira, quatro anos após sua posse como primeiro-ministro, em 1925, uma assembleia constituinte declarou-o xá do Irã.

O contexto político instável deixou claro, para o novo xá, quais deveriam ser suas prioridades à frente do Estado iraniano. Ainda que a Grã-Bretanha fosse fiadora do novo regime naquele momento, tornava-se imprescindível construir bases internas que legitimassem o governo e que lhe dessem sustentação. Além disso, manter o poder estrangeiro sob controle revelava-se uma tarefa complexa. Para tanto, Khan empenhou-se em legitimar seu governo em nível doméstico e internacional, valendo-se de manobras ideológicas que respondessem a ambos. Nesse âmbito, a secularidade ganhou força como eixo ideológico do Estado e, junto com ela, vinha a emancipação das mulheres – uma maneira direta de retirar influência dos religiosos.

## 2.1. O projeto de *nation-building* de Reza Khan: objetivos, ideologia e a importância das mulheres

Conforme foi exposto no capítulo anterior, Claudia Derichs (2005, pp. 46-47) e Jochen Hippler (2005, pp. 7-9) elencam critérios para determinar o sucesso de um projeto de *nation-building*. Este capítulo aplicará esses critérios à primeira fase do *nation-building* Pahlavi – mais especificamente, como cada critério se aplica à questão das mulheres para o governo entre 1921 e 1941, e como isso culmina no feminismo estatal do primeiro governo Pahlavi no Irã. Tais critérios são: a existência de uma ideologia integradora; *nation-building* como uma necessidade política da sociedade em questão; a capacidade de convencimento do governo a respeito do projeto; um repertório cultural que seja familiar à sociedade em questão e, por fim, reformas que viabilizem, na prática, a concretização do *nation-of-intent* do regime.

---

<sup>8</sup> A ascensão de Khan é considerada por muitos historiadores como um golpe de Estado, sustentado pela Grã-Bretanha e intelectualmente apoiado pela classe média iraniana (ATABAKI; ZURCHER, 2004, p. 17; KATOUZIAN, 2003, p. 20; ZIRINSKY, 2003, p. 84).

O objetivo principal de Reza Khan era transformar o Irã em um país moderno. Este objetivo desmembrava-se em três prioridades: construir um Estado centralizado, capaz de governar todo o país (CRONIN, 2003, p. 38); restaurar a soberania iraniana, recebendo o apoio das potências estrangeiras e figurando como uma grande civilização a ser respeitada (ZIRINSKY, 2003, p. 84) e; por fim, legitimar o novo regime para que todas as medidas consideradas como necessárias pudessem ser tomadas sem maiores impedimentos. Nesse primeiro momento, o xá possuía o apoio da classe média e dos intelectuais, que viam nele a melhor saída para as dificuldades políticas e de desenvolvimento do país (KATOUZIAN, 2003, p. 20). A construção de um Estado centralizado era tida como urgente para o novo governo graças à difusão do poder político entre os clérigos e os chefes tribais – com quem as potências estrangeiras negociavam diretamente. Dessa forma, a primeira medida de Khan ainda como primeiro-ministro foi fortalecer o Exército e torná-lo capaz de representar a força do novo Estado iraniano. Para tanto, instituiu o serviço militar obrigatório e reequipou as Forças Armadas. Também reorganizou o sistema monetário e fiscal, garantindo mais receitas para o Estado (CRONIN, 2003, p. 1). O estabelecimento de um Estado forte e centralizado era uma grande necessidade política da sociedade iraniana, e uma necessidade do próprio regime para tornar factível o seu *nation-of-intent* calcado em modernização.

A principal oposição ao projeto de *nation-building* era a classe religiosa, que ensinava contra as reformas nas mesquitas e se valia do poder econômico, cultural e legal que possuía para publicamente rejeitar os ideais do regime (SEDGHI, 2007, p. 66). Para lidar com essas dificuldades impostas pelos ulemás, o governo adotou então uma agenda de secularização, visando afastar a influência política dos clérigos. Um compromisso com a secularização fora também uma das exigências da Grã-Bretanha em troca do apoio ao estabelecimento de Khan como governante – os britânicos temiam a influência do clero e a indisposição da classe para com os poderes ocidentais e sua presença no Irã. O processo de secularização exigia que profundas transformações fossem feitas na sociedade iraniana, e demandava um discurso ideológico que valorizasse as raízes não-xiitas do país: o excesso de influência dos religiosos era, para o governo, a origem da *backwardness* iraniana, pensamento que refletia o ideal ocidental de Estado secular.

Khan adotou, então, um discurso nacionalista baseado na sociedade e cultura iranianas do período pré-islâmico – o nacionalismo persa que vigorara no Irã em outros

períodos, como na Revolução Constitucionalista<sup>9</sup> que precedera seu governo. A ideia era resgatar heróis e símbolos anteriores ao domínio cultural dos ulemás para servirem como referência de um Irã unificado em torno dessa herança pré-islâmica. O governo também passou a incentivar o ensino da língua persa, livre das expressões e palavras árabes cotidianas, sendo o próprio nome da dinastia, *Pahlavi*, uma antiga palavra persa<sup>10</sup> (FAZELI, 2005, pp. 55-56). Esse *nation-of-intent* baseado na memória de uma civilização antiga e em um nacionalismo romântico tinha como objetivo último eliminar as subdivisões étnicas e tribais, criando um único povo iraniano, falante do idioma persa, sob um Estado centralizado (ATABAKI; ZURCHER, 2004, p. 8) – a ideologia integradora necessária para que o projeto de *nation-building* tivesse sucesso.

O *status* das mulheres surge como um dos passos para atingir tal secularização uma vez que, de acordo com Hamideh Sedghi (2007, p. 66), Khan via na emancipação das mulheres a melhor maneira de “emasculiar” o corpo clerical, tornando o próprio xá a principal referência patriarcal do país. Os ulemás, por meio do controle que possuíam sobre as mulheres, sua sexualidade e seus direitos, possuíam controle sobre toda a sociedade iraniana. Emancipar as mulheres enfraqueceria esse controle (SEDGHI, 2007, pp. 66-67). Assim, algumas das ferramentas adotadas para intensificar o processo de secularização se referiam ao *status* das mulheres, nomeadamente a educação feminina, o banimento do véu e do *chador*<sup>11</sup>, medidas que eram fortemente rejeitadas pelos líderes religiosos (FAGHFOORY, 1993, p. 280).

Dentro do nacionalismo patrocinado pelo governo, a mulher persa ideal seria emancipada, moderna, educada e seguidora das principais modas européias – diferentemente da mulher religiosa, que vivia reclusa e coberta. Contudo, a dimensão de gênero presente nesse nacionalismo persa não advogava uma emancipação feminina que contradissesse os costumes islâmicos<sup>12</sup> totalmente, especialmente no tocante às leis familiares. Khan pretendia criar uma “nova mulher iraniana” representativa do novo Irã

---

<sup>9</sup> A Revolução Constitucionalista ocorrera na primeira década do século XX. O movimento pedia uma Constituição escrita para o Irã como solução para um Estado considerado como fraco e corrupto, e como maneira de diminuir a influência anglo-russa no país e alcançar progresso e desenvolvimento (PAIDAR, 1995, p. 52).

<sup>10</sup> *Pahlavi*, o nome adotado, era também o nome de um antigo sistema de escrita derivado do alfabeto aramaico e que servira para escrever a antiga língua persa e suas variações. A palavra *pahlavan* significa ‘campeão’, podendo ser também uma das origens do nome (WAGNER, 2009, p. 23).

<sup>11</sup> Vestimenta típica das mulheres iranianas, em que uma peça única de roupa lhes cobre dos pés à cabeça. O *chador* normalmente vem na cor preta.

<sup>12</sup> Os Pahlavi não pretendiam eliminar os costumes religiosos totalmente, mas apenas a influência da classe religiosa, que significava, para eles, menos poder. Assim, Khan mantinha uma posição dúbia em relação à religião, reforçando a secularização ao mesmo tempo em que posava como um homem profundamente religioso (SEDGHI, 2007).

modernizado (PAIDAR, 1991, p. 81), mas que mantivesse seu papel específico na estrutura social e familiar, pré-definido pelas tradições patriarcais. Procurava-se mostrar que as mulheres iranianas podiam viver como as mulheres ocidentais, indo às ruas com as cabeças descobertas e frequentando escolas – onde estudariam assuntos “adequados ao gênero feminino”. O governo entendia que as mulheres deveriam “despertar” para uma nova realidade mais moderna.

Esses ideais foram então reunidos em uma campanha apelidada como “Women’s Awakening”<sup>13</sup>, lançada pelo governo no começo da década de 1930. O regime também passou a patrocinar a existência de uma organização pró-mulheres, o Centro das Senhoras, liderado pela princesa Shams Pahlavi (PAIDAR, 1995, p. 104). Essa organização deveria intermediar os direitos das mulheres junto ao Estado, mas agia essencialmente como linha auxiliar das políticas e decisões do regime. As mulheres eram convidadas a participar das reuniões do Centro com as cabeças descobertas (SEDGHI, 2007, p. 83). Assim, os direitos das mulheres possuíam importância ideológica e nacionalista, sendo centrais à *nation-of-intent* do xá. Khan acreditava na emancipação das mulheres como parte intrínseca do desenvolvimento e progresso nacional, o que incorporava as demandas das mulheres às necessidades do próprio Irã. Em um plano mais amplo, as transformações no *status* das mulheres abririam caminho para a projeção do Irã como uma civilização de raízes antigas, mas moderna e atualizada, capaz de acompanhar a grandes potências da época. Essa narrativa era uma resposta à narrativa da *backwardness* utilizada por essas potências para a manutenção do *status* colonial dos territórios na Ásia e na África, conforme visto no capítulo anterior sob as lentes de Ann Towns (2009).

Khan não levava em consideração a resistência da população e de alguns grupos organizados da sociedade à sua modernização agressiva. O governo impunha sua ideologia, sem permitir discussões ou resistências, que eram combatidas com o aparato repressivo estatal. O Estado era o idealizador e patrocinador único da modernização (ATABAKI; ZURCHER, 2004, p. 2) que deveria também legitimar a dinastia ao colocá-la como principal referência cultural do novo Irã que surgia. Esse posicionamento arbitrário do Estado foi, aos poucos, minando a capacidade de convencimento do governo em relação à modernização (KATOUZIAN, 2003, pp. 27-33). A noção de modernidade de Reza Khan implicava em secularização, de maneira

---

<sup>13</sup> Em tradução livre, “*O Despertar das Mulheres*”.

não apenas a diminuir a influência política e cultural dos clérigos, mas também porque se entendia que um Estado moderno, nos moldes ocidentais, era obrigatoriamente secular. Os esforços de secularização não foram bem-recebidos por boa parte da população, e as medidas voltadas para a ocidentalização do país não faziam parte de um repertório cultural com o qual a maior parte da população se identificava. Em resposta às críticas e aos protestos, o governo aumentou o autoritarismo, perdendo boa parte de sua base social (KATOUZIAN, 2003, p. 25).

Muitos consideram, porém, as reformas introduzidas por Reza Khan como a base do Irã contemporâneo, uma vez que elas estabeleceram, fortaleceram e expandiram o Estado iraniano (ZIRINKSY 2003, pp. 86-87), fazendo-o emergir como uma figura de autoridade centralizada e capaz de governar todo o país. Dessa forma, a capacidade de convencimento do seu governo era limitada, mas não inexistente; o xá conseguiu levar adiante a implementação de boa parte de suas reformas, uma vez que a sociedade iraniana também via como uma necessidade principalmente o estabelecimento de um Estado e a modernização das instituições iranianas. Destaca-se, no governo Khan, a conexão feita entre o *status* das mulheres e a autoimagem nacional – a construção de uma nova identidade nacional passaria, necessariamente, pela modernização de um dos maiores símbolos de uma nação: suas mulheres. A importância das mulheres entre 1921 e 1941 para o Estado iraniano não era meramente a influência delas na manutenção do regime, mas elas eram protagonistas na reformulação do país e da noção de cidadão iraniano.

Todavia, ainda que sua base social estivesse fragmentada no final do governo, a queda de Reza Khan se deu mais por questões geopolíticas do que por insurreições domésticas. O apoio dado ao regime por parte da Grã-Bretanha sofreu um duro golpe com o advento da Segunda Guerra Mundial. Khan havia declarado neutralidade no conflito e não permitiu que o território iraniano fosse utilizado pelos Aliados, o que o indispsôs especialmente com a Grã-Bretanha e a União Soviética (WAGNER, 2009, p. 29). O xá foi também acusado de proteger cidadãos alemães em seu território, dando-lhes refúgio<sup>14</sup>. Por conseguinte, uma ofensiva aliada invadiu o Irã e rendeu o Exército, assumindo controle militar sobre o país. Com o desgaste interno, Khan perdeu a legitimidade que poderia tê-lo sustentado no poder diante de uma situação geopolítica

---

<sup>14</sup> É reconhecido, porém, que Khan fez justamente o contrário, e expulsou cidadãos alemães quando a guerra foi declarada na Europa (WAGNER, 2009, p. 29).

delicada, e foi então obrigado pelas potências estrangeiras a abdicar e se exilar do país (WAGNER, 2009, p. 29).

## 2.1. O feminismo estatal do governo de Reza Khan

O projeto de *nation-building* Pahlavi pretendia reorganizar a sociedade iraniana em torno do Estado, de maneira a atingir seu ideal de modernização. Nesse contexto, o governo estabeleceu sua visão a respeito de como deveriam viver as mulheres por meio do feminismo estatal, tornando políticas públicas direcionadas a elas a prioridade do governo, especialmente na década de 1930. Essa disposição estatal em impor políticas favoráveis às mulheres desafiava tradições religiosas, tribais e patriarcais, e se destacava pelo seu objetivo principal: trazer as mulheres para o espaço público (VIELLE *apud* PAIDAR, 1981, p. 82-83). As iranianas deveriam deixar suas casas e penetrar o espaço público em suas esferas consideradas como adequadas ao gênero feminino: escolas para mulheres, universidades, locais de trabalho e organizações.

Para tanto, o governo Khan iniciou uma cruzada contra o véu e o *chador*, proibindo o seu uso de maneira imediata e permanente. Nem mesmo lenços poderiam ser usados, apenas chapéus no estilo europeu. Se não respeitassem a lei, a polícia possuía ordens para retirar os véus à força e devolvê-los rasgados. Além da proibição, Khan também instituiu, via decreto, que bares, restaurantes e outros locais públicos barrassem a entrada de mulheres cobertas (PAIDAR, 1991, p. 106). O banimento do véu era uma medida fundamental para o xá graças à sua inspiração na Turquia kemalista. Em sua notória viagem ao país turco em 1926, que inspirou Khan a escolher a Turquia como modelo de desenvolvimento e modernidade para o Irã, um dos aspectos que mais o impressionou foi a quantidade de mulheres andando nas ruas, ainda mais com suas cabeças descobertas. Para o xá, isso ajudava a aproximar as cidades turcas das cidades europeias, o que inspirou Reza Khan a adotar as mesmas medidas (JAYAWARDENA, 1986, p. 68; MAHDAVI, 2003, p.193).

Mudanças fundamentais ocorreram também por meio do Código Civil de 1931, por meio do qual foram transformados em lei os papéis sociais dos homens e mulheres do país. Como destaca Parvin Paidar (1995, p. 111), as novas leis da família não eram muito para além de uma codificação das regras patriarcais em vigor, uma vez que o xá deixara a organização familiar majoritariamente sob a responsabilidade dos líderes religiosos, como uma concessão política. Mesmo assim, a codificação dessas regras era uma abertura para a coibição de abusos (MAHDAVI, 2003, p. 193). Para as mulheres,

as principais conquistas foram o estabelecimento de uma idade mínima para casamento (15 anos para as mulheres e 18 para homens) e a necessidade de consentimento de ambas as partes para o matrimônio.

Posteriormente, o código civil foi atualizado pela Lei de Matrimônios de 1937 (ROSTAM-KOLAYI, 2003, p. 168). A principal inovação dessa Lei estava na obrigatoriedade de registro de todos os casamentos, divórcios e mortes em agências estatais, e não apenas junto ao clero, como era costume. Além disso, a Lei de 1937 estabelecia punições para aqueles que não respeitassem a idade mínima para casamentos (PAIDAR, 1995, p. 110-112). Elementos retrógrafos também foram mantidos nessas leis, a despeito das exigências dos movimentos organizados de mulheres no Irã. Esses movimentos exigiam principalmente o direito feminino ao divórcio. Na lei iraniana, apenas os homens possuíam o direito de se divorciarem e reter a guarda dos filhos, o que não foi alterado nem pelo Código Civil nem pela Lei de Matrimônios. Esse divórcio seria validado pela presença de dois homens como testemunhas, e a presença ou mesmo conhecimento da mulher sobre o assunto eram dispensáveis (ROSTAM-KOLAYI, 2003, p. 168). A Lei de Matrimônios garantia ainda aos homens o direito de defender sua honra caso encontrassem sua esposa “em situação de adultério ou em circunstâncias que levem ao mesmo” (PAIDAR, 1995, p. 110). Homens que assassinassem suas mães ou irmãs na mesma situação seriam presos por no máximo três meses (PAIDAR, 1995, p. 110-111).

Outra frente de modernização para o governo estava no sistema educacional do país. Como expõe Rudi Matthee (2003, p. 133), as políticas voltadas para a educação feminina revelavam a faceta mais moderna do regime. Na década de 1920, o Irã possuía um sistema educacional precariamente desenvolvido mesmo para os homens, e poucas mulheres possuíam oportunidade de estudar nas escassas escolas privadas das grandes cidades. O Estado, então, abriu escolas públicas femininas em todo o país – em apenas dois anos de governo Pahlavi (até 1923), quinze escolas foram abertas (MATTHEE, 2003, pp. 133-134).

Além disso, o Estado possuía projetos de financiamento de estudos na Europa para mulheres iranianas, afim de que retornassem para dar aulas nas escolas femininas. Mesmo nas províncias mais afastadas e pobres, o crescimento no número de alunas era significativo. Esse aumento no número de mulheres estudantes logo originou associações e organizações de mulheres voltadas para a leitura e para a discussão política, principalmente na década de 1930 (MATTHEE, 2003, pp. 133-135). Nesse

período, o governo iniciou também um processo de preparação para que as mulheres pudessem acessar o ensino superior e, em poucos anos, elas passaram a ser aceitas na Universidade de Teerã. O ensino técnico era também bastante relevante para o regime, uma vez que permitia o acesso das mulheres mais jovens ao mercado de trabalho. Muitas passaram a ser treinadas como parteiras, enfermeiras, professoras e outras profissões consideradas “adequadas” para o sexo feminino.

Essas medidas ajudaram a mitigar a desigualdade de gênero no país, ainda que principalmente nas áreas urbanas e entre a classe média, não atingindo igualmente a classe camponesa. Os métodos utilizados pelo Estado para impô-las, entretanto, lhe deram uma roupagem arbitrária, inspiraram desconfiança no clero e na sociedade iraniana e, além disso, alienaram o movimento feminista. A alienação dos movimentos de mulheres em relação ao governo tem como marco o banimento total do véu – antes, as organizações e periódicos de mulheres defendiam o governo e se posicionavam a favor das reformas, que seguiam aproximadamente sua pauta principal de mudanças. A maneira ditatorial e violenta com que a medida foi executada nas ruas do país provocou críticas e reações de mulheres em todas as classes sociais, que exigiam seu direito de se vestir como quisessem (KATOUZIAN, 2003, p. 31).

### 2.3. Resultados da incorporação dos direitos das mulheres ao projeto de *nation-building*

A verificação dos critérios de sucesso de um projeto de *nation-building* e a importância das mulheres para a primeira fase do projeto do regime Pahlavi pode ser observada na tabela abaixo:

Tabela 2

<u>Critério</u>	<u>Aplicação na 1ª fase do projeto de <i>nation-building</i> Pahlavi</u>	<u>Importância das mulheres de acordo com este critério</u>	<u>Cumprimento do critério</u>
<b>Ideologia integradora</b>	Nacionalismo persa e secular.	Trazer a mulher ao espaço público e garantir-lhes a oportunidade de estudar;  Romper com a influência	A ideologia do xá não silenciou os religiosos e só retardou as dificuldades políticas que o Irã enfrentaria a partir de sua queda.

		demasiada dos clérigos.	
<b>Necessidade política</b>	O Irã necessitava de um Estado forte e centralizado.	Diminuir a influência dos religiosos e dos tradicionalistas ao emancipar as mulheres ajudava a fortalecer o Estado central e o regime.	Reza Khan conseguiu estabelecer um Estado forte e centralizado, mas sem ressonância social e cultural – apenas o aparato estatal repressivo.
<b>Capacidade de convencimento do governo</b>	O governo valia-se do aparato estatal para implementar as medidas, sem buscar diálogo com a sociedade.	As reformas referentes ao <i>status</i> das mulheres foram implementadas de cima para baixo, sem diálogo com a sociedade.	Khan se tornou autoritário, impondo sua visão sem diálogo com a sociedade e causando rejeição.
<b>Repertório cultural familiar à sociedade em questão</b>	O governo se empenhou em tornar o nacionalismo persa parte do dia-a-dia, difundindo-o nas escolas, e tentou suprimir a força do xiismo como elemento identitário.	A classe média era entusiasta do governo inicialmente, mas a vasta maioria da população permaneceu alheia à tentativa de modernização do regime.	A vasta maioria do Irã permanecia religiosa e alheia à ideologia que o xá procurara impor.
<b>Reformas que operacionalizam as ideias dos engenheiros sociais</b>	Reformas para o fortalecimento do Estado, repaginação das cidades iranianas e construção do cidadão iraniano ideal.	Para as mulheres, feminismo estatal, que incluía: reforma do sistema de ensino para acolher as mulheres, banimento do véu e codificação das leis familiares.	O acesso das mulheres ao sistema educacional foi um sucesso, mas a arbitrariedade com a qual o banimento do véu foi implementado, por exemplo, afastou a base social do xá.

### Capítulo III

#### Segunda fase do projeto de *nation-building*: a instrumentalização dos direitos das mulheres e a legitimação do governo de Mohammad Pahlavi (1941-1979)

“Nossa Revolução não será completa sem a total emancipação das mulheres, e com essa Revolução nós demos um grande salto, saindo de um terrível atraso social para nos tornarmos parte das sociedades civilizadas do século XX. Ao garantir às mulheres o direito ao voto, nós nos livramos do último estigma da nossa sociedade, e arrebatamos a última corrente”  
Mohammad Pahlavi, 1963 (PAIDAR, 1995, p. 145).

Depois de analisar a importância das mulheres no *nation-building* e o feminismo estatal na primeira fase do projeto Pahlavi, passa-se à análise da segunda fase. Esta se iniciou em 1941 com a ascensão do príncipe Mohammad Pahlavi, filho do xá deposto. Ele reforçou a instrumentalização dos direitos das mulheres em nome da legitimidade da dinastia, e o Estado tornou-se mais agressivo em suas medidas de feminismo estatal, que faziam parte de uma estratégia de modernização menos ideológica e mais objetiva. Isso quer dizer que a busca por desenvolvimento e progresso, nesta segunda fase do projeto de *nation-building*, serviria principalmente para a legitimação interna do regime (YAGANEH, 1993, p. 5-6). Há, portanto, maior enfoque doméstico neste processo. Destarte, as mulheres passaram a ter importância não apenas cultural para a modernização, mas também política e estratégica. As mulheres, como grupo social, se tornaram cruciais, no entendimento do governo, para a manutenção do regime. O governo de Mohammad Pahlavi patrocinou então uma expansão legal dos direitos das mulheres, inclusive dos direitos políticos, e completou a reforma do código civil, dando mais proteção e agência às mulheres em suas relações familiares (MAHDAVI, 1983, p. 17; RAMAZANI, 1974, p. 135).

Para compreender os rumos que Mohammad Pahlavi deu ao projeto de *nation-building*, é necessário entender que, desde o início, Pahlavi teve dificuldades em manter-se no poder. Nos primeiros anos, um primeiro ministro oposicionista, Mohammad Mossadeq, empenhou-se em derrubar a dinastia, chegando a exilar a família real em 1953 (WAGNER, 2009, p. 33-34) Mossadeq era internamente apoiado pelos religiosos e por empresários – ele mesmo era um empresário do ramo petrolífero. O príncipe tinha, todavia, o apoio de potências como a Grã-Bretanha e, posteriormente, dos Estados Unidos, que se tornaria o grande aliado do governo até a queda dos Pahlavi

em 1979. Esse apoio foi fundamental para o regime. Os EUA, em particular, desconfiavam das intenções de Mossadeq e de seus partidários especialmente em relação ao petróleo. Uma operação da CIA restabeleceu o xá no poder na ocasião, em um episódio que muitos consideram um golpe de Estado patrocinado pelo Ocidente (MAHDI, 2004, p. 431; WAGNER, 2009, p. 38).

Essas tribulações iniciais ajudam a explicar muitas das ações tomadas por Pahlavi a partir de 1953. A ascensão de Mossadeq deu ao xá a impressão correta de que seus principais oponentes – os latifundiários e os líderes religiosos – ainda possuíam influência na sociedade iraniana, e aguardavam um momento de fraqueza do regime para derrubá-lo. Tornava-se então necessário consolidar o poder para evitar que esse momento chegasse. Neste contexto, o xá dedicou a máquina pública a reformar leis e costumes que, em sua opinião, representavam essas forças tradicionais que se lhe opunham. O *status* das mulheres era, para o regime, um dos principais exemplos da influência cultural dessas forças. Dessa maneira, o feminismo estatal teve um protagonismo ainda maior nesta segunda fase do *nation-building*, uma vez que o objetivo era a própria sobrevivência do regime frente a uma oposição tradicionalista e religiosa.

### 3.1. Os objetivos e a fundamentação ideológica do *nation-building* no segundo governo Pahlavi e a importância das mulheres

Aqui se retomam os critérios de Derichs (2005) e Hippler (2005) que fundamentaram a análise conduzida no capítulo anterior. Desse modo, esta seção buscará aplicar esses critérios à questão das mulheres no contexto do segundo governo Pahlavi.

Sendo a sobrevivência do regime seu objetivo principal, Pahlavi entendia que, para garanti-la, deveria enfraquecer a influência cultural dos religiosos e de oponentes ligados às classes tradicionais, como os donos de terra e os empresários nacionalistas (ANSARI, 2001, p. 2). As mulheres eram cruciais para o cumprimento desse objetivo, na medida em que o governo pretendia ter nelas um grupo de apoio, além de valer-se da influência familiar das iranianas para transmitir a lealdade aos Pahlavi para as gerações futuras, conforme prevê Carvalho Pinto (2012) acerca do simbolismo das mulheres em relação ao *nation-building*. Ademais, a reformulação dos papéis de gênero na sociedade pretendia encaixar as mulheres em uma noção de mulher iraniana ideal, o que ajudaria o regime a consolidar seu domínio ideológico, cultural e

político. Basicamente, o feminismo estatal de Mohamamd Pahlavi se encaixaria na vertente instrumentalista, conforme apresentada no capítulo I: seus objetivos principais eram evitar que as mulheres se insurgissem e mostrá-las como vitrine de um governo “moderno”, “civilizado” e “avançado”.

Pahlavi esperava fortalecer-se principalmente por meio da ideia de que seu poder era herdado da tradição de imperadores persas e, portanto, intocável. A memória persa continuaria sendo a base ideológica e integradora do projeto de *nation-building* da dinastia, a partir da qual surgiria um Irã unido, moderno e secular, com um imperador forte à sua frente. Diferentemente de seu pai, Pahlavi interpretava esse nacionalismo persa aliado à modernização não como a unificação e restauração do prestígio do Irã frente à sociedade internacional, mas como a comprovação de que seu destino pessoal era ser um imperador poderoso, em acordo com a antiga tradição persa<sup>15</sup> (WAGNER, 2009, p. 47-49). Essa autoimagem imperial influenciou todas as ações de seu governo, se traduzindo, na prática, em atitudes arbitrárias que, futuramente, lhe custaram sua base social.

Essencialmente, Pahlavi também pretendia ser mais que um monarca “benevolente e progressista”, o que já não considerava suficiente para sua manutenção no poder. Seu intento era tornar-se um monarca “revolucionário” (ANSARI, 2001, p. 3), capaz de reformar o Irã de tal maneira que suas mudanças culturais e legais seriam permanentes e seus inimigos políticos, permanentemente derrotados – para o xá, essa era a principal necessidade política do país. Assim surge a Revolução Branca, um movimento estatal que deveria modernizar o país a fim de consolidar o regime. A Revolução foi apresentada pelo governo como um programa com seis pontos principais, representando, essencialmente, os objetivos dessa segunda fase do projeto de *nation-building* (PAIDAR, 1995, p. 144). O objetivo dessa Revolução era tornar realidade uma versão iraniana de uma utopia, idealizada pelo xá: a Grande Civilização, essencialmente o *nation-of-intent* de Mohammad Pahlavi e uma continuação da sociedade iraniana idealizada por seu pai Reza Khan (ANSARI, 2001, p. 3).

Dentre os pontos da Revolução Branca, ganhavam destaque a reforma agrária e a emancipação das mulheres. Ambas deveriam ajudar a ideologia do governo a ser aceita

---

<sup>15</sup> Como exemplo disso, o xá coroou-se “rei dos reis” e “imperador” em uma luxuosa cerimônia. A cerimônia foi assistida por convidados que eram, em sua maioria, estrangeiros; e o local escolhido como sede foi Persépolis, a antiga capital do império persa. Essa cerimônia desgastou a imagem de Pahlavi perante a população do país, e muitos apontaram a contradição entre a revolução modernizadora que o xá empreendia e seu apego a tradições autocráticas antigas (WAGNER, 2009, p. 53).

pela população. A reforma agrária deveria mitigar o poder dos líderes rurais, dando mais terra aos camponeses e diminuindo entre eles, também, a resistência à modernização imposta pelo regime (RAMAZANI, 1974, p. 131). Já a emancipação feminina deveria romper os principais laços da sociedade iraniana com os ulemás, que se posicionavam fervorosamente contra o regime principalmente após a interferência política e militar dos Estados Unidos em 1953. Essa não era, contudo, a única dimensão de gênero da Grande Civilização, conforme aponta Parvin Paidar (1995, p. 149). Nessa sociedade utópica imaginada por Pahlavi, existiria a mulher iraniana perfeita, idealizada pelo governo com base na rainha Farah, terceira esposa do xá. Essa mulher colaboraria para a revitalização do país, mas deixaria a política sob responsabilidade de seu marido. Ela não seria exclusivamente dedicada aos afazeres do lar, estudando assuntos adequados ao gênero feminino, como arte e literatura, e vestir-se-ia e comportar-se-ia de acordo com os costumes ocidentais mais “modernos”. Esta deveria ser, idealmente, a mulher iraniana emancipada (PAIDAR, 1995, p. 150).

Pahlavi entendia que uma mulher com tais características ajudaria a sustentar a dinastia no poder. Construí-la tornava-se imprescindível. O governo passaria a agir com reformas no *status* legal das mulheres, além de aprofundar as reformas sociais e educacionais do primeiro governo Pahlavi, visando alcançar esse objetivo. A “mulher iraniana ideal” seria construída por meio do feminismo estatal, em um contexto de instrumentalização. É importante destacar que o governo possuía ideias conflitantes a respeito da emancipação feminina: enquanto a objetificação das mulheres era incentivada na grande mídia, à maneira ocidental, as leis estatais tentavam controlar a sexualidade feminina, com um conceito de liberalização feminina elaborado e aplicado por homens, que não reduzia os privilégios destes e apenas acrescentava novos deveres aos que as mulheres já possuíam (PAIDAR, 1995, p. 168; SEDGHI, 2007, p. 74).

Entretanto, ao mesmo tempo, o Estado abria brechas consideradas como progressistas principalmente nas leis, dando de um jeito ou de outro mais espaço às mulheres para defenderem seus interesses e, assim, indo contra setores influentes da sociedade (PAIDAR, 1995, p. 157). As mulheres se tornaram um grupo mais organizado, refletindo os esforços do governo anterior, que haviam criado uma geração de jovens educadas sob forte influência ocidental (ANSARI, 2001, p. 4). Essas mulheres passaram a se organizar em grupos políticos e a publicar periódicos voltados para a população feminina. Esse maior engajamento político feminino era visto com desconfiança pelo governo, ainda que elas se opusessem mais diretamente aos religiosos

e aos tradicionalistas do que ao regime (PAIDAR, 1995, p. 143). Mohammad Pahlavi lidava com um movimento feminista mais independente, e não conseguia estabelecer sobre ele o mesmo controle que seu pai estabelecera (PAIDAR, p. 144). Dessa maneira, o xá buscou controlar esse movimento, como condição para que mais reformas pudessem ocorrer. A Federação das Organizações de Mulheres foi extinta e, no seu lugar, criado o Conselho Superior das Organizações de Mulheres, liderado pela irmã gêmea do xá, a princesa Ashraf e, posteriormente, foi criada a Organização das Mulheres Iranianas (PAIDAR, 1995, p. 150-151). Essa organização era totalmente alinhada com a ideologia oficial do Estado e, ainda que fizesse reuniões com mais de 7.000 mulheres presentes, não era uma entidade democrática ou independente e sim cooptada pelo Estado (PAIDAR, p. 152). Os direitos das mulheres, no entendimento do regime, deveriam ser concedidos de cima para baixo, *top-down*, e não conquistados por elas – um movimento feminista independente poderia gerar insurreições contra o governo.

Esses posicionamentos contraditórios e arbitrários do governo de Pahlavi se traduziram em um grave erro de cálculo político. As medidas tomadas pelo governo deixavam de fora grande parte da população, beneficiando uma minoria (WAGNER, 2009, p. 46). Entre a maioria não afetada pelas reformas, o discurso religioso e tradicional era mais forte, diminuindo o impacto ideológico do regime. A impopularidade do xá começou a crescer, sendo possível apontar que o principal motivo do fracasso da Revolução Branca estava na pouca ressonância de sua fundamentação ideológica entre a população. Isso se dava principalmente pelo fato das medidas que compunham o processo de modernização não constituírem um repertório cultural familiar para a maioria, que via com desconfiança costumes e influências ocidentais – principalmente em relação ao *status* das mulheres.

Como projeto de *nation-building*, a Revolução Branca e sua Grande Civilização falhavam também em atender a demandas de toda a sociedade. Muitos viam a Grande Civilização, seu objetivo final, como algo artificial que, caso alcançado, não representaria de fato os interesses e desejos da sociedade iraniana. Pahlavi não compreendia a distância cultural entre o seu projeto e as necessidades do seu povo. Para ele, seus próprios interesses se confundiam com os da população. O regime passou a afastar-se cada vez mais da sociedade, se sustentando no poder por meio das receitas provenientes do petróleo e da aliança com os Estados Unidos (PAIDAR, 1991, p. 148) Sob Mohammad Pahlavi, o governo possuía pouquíssima capacidade de convencer a

população a aceitar o projeto de *nation-building*, executando-o por vias arbitrárias. Sendo um princípio fundamental deste projeto, o feminismo estatal deparava-se com a mesma resistência, e as tentativas de modernização da condição de vida das mulheres eram intensamente criticadas pelos opositores do regime. De fato, as reformas instituídas no *status* das mulheres se tornaram símbolo do segundo governo Pahlavi, mas de maneira negativa: para muitos, as novas leis e os novos costumes ocidentais das iranianas eram representação da derrocada moral do país e da arbitrariedade do governo.

Em suma, essa revolução era essencialmente uma estratégia de legitimação que se baseava na ocidentalização das práticas sociais, no racionalismo e na ideia de que o regime Pahlavi deveria ser eterno, pelo bem do Irã (ANSARI, 2001, p. 3). Entretanto, essa ideologia não atingia questões do dia-a-dia dos homens e mulheres iranianos, atendendo unilateralmente às necessidades políticas do regime e, assim, contribuindo para o isolamento do xá e para o fracasso do seu *nation-of-intent*. Nesse aspecto, as conquistas das mulheres e reformas que afetavam seu status na sociedade figuram como questões centrais para o isolamento político e social de Mohammad Pahlavi.

### 3.2. O feminismo estatal do governo de Mohammad Pahlavi

Dentro do projeto de *nation-building*, a participação das mulheres era fundamental para o regime, conforme exposto acima. Essa relevância se traduziu em um feminismo estatal por parte do governo, com medidas referentes à organização familiar e à participação política das mulheres. As reformas instituídas pelo primeiro governo Pahlavi deixaram de fora duas das principais demandas do movimento de mulheres no Irã: direitos políticos e mudanças nas leis familiares, principalmente em relação ao divórcio e à poligamia. Mohammad Pahlavi buscou atender a essas demandas. O sufrágio se tornou a grande agenda feminista no período imediatamente após a queda de Mossadeq; e, quando foi proposta, a medida de garantir às mulheres direitos políticos foi violentamente rejeitada pela oposição. Os movimentos de mulheres do Irã continuavam a exigir que o assunto entrasse em pauta, principalmente a partir da década de 1960 (PAIDAR, 1995, p. 141-142).

Pahlavi, pessoalmente, tinha dúvidas a respeito dos benefícios em conceder esses direitos às mulheres, e seu primeiro-ministro, Amini, era publicamente contra a medida (PAIDAR, p. 142). Para o xá, valeria a pena conceder direitos políticos às mulheres para consolidar a participação delas na sociedade, como acontece nas sociedades “modernas” que serviam de exemplo para o modelo iraniano. O sufrágio era

uma causa importantíssima para o movimento feminista, que procurava lutar pelos próprios direitos, buscando a independência e a diferenciação em relação ao Estado (PAIDAR, 1995, p. 142-143).

A luta do movimento feminista para diferenciar-se do Estado e conquistar suas demandas era vista com desconfiança pelo xá, uma vez que representava uma falha em seu projeto de cooptar as mulheres para sustentar o regime. Conforme exposto, Pahlavi extinguiu as organizações independentes de mulheres, instituindo uma única, liderada por sua irmã. Na medida em que o movimento de mulheres foi cooptado, uma série de medidas que reprimiram a oposição permitiu que o sufrágio feminino fosse mais abertamente discutido (PAIDAR, 1995, p. 144; YAGANEH, 1993, p. 6). Em 1963, após dois anos de recuos, o xá lançou o programa da Revolução Branca, onde estavam previstos os direitos políticos das mulheres (PAIDAR, p. 144). Esse programa deveria ser aprovado via referendo, e de fato o foi, por uma vasta maioria.

A segunda principal mudança instituída pelo governo Pahlavi foi a reforma do código civil e a transformação das leis familiares em 1967, por meio de um sistema que ficou conhecido como a Lei de Proteção à Família. Essa lei deveria “proteger” a família iraniana contra privilégios masculinos como divórcio arbitrário, a poligamia voltada exclusivamente para o prazer masculino e a custódia paterna definitiva (MAHDI, 2004, p. 432; PAIDAR, 1995, p. 153; YAGANEH, 1993, p. 6). A idade mínima para casamentos foi aumentada de 15 para 18 anos, para as mulheres. O governo Pahlavi também legalizou o aborto no país (PAIDAR, p. 154).

As reformas que alteraram a posição legal das mulheres no governo Pahlavi, entretanto, não foram acompanhadas por uma transformação da posição social de boa parte das mulheres iranianas (YAGANEH, 1993, p. 6). No meio rural, as mudanças legais chocaram com as condições de vida das mulheres, que não permitiam que esse *status* legal se refletisse no dia-a-dia. No meio urbano, a situação variava de acordo com a classe social: as mais ricas enfrentavam maior cobrança por parte de seus familiares e maridos para conciliar os estudos, trabalho e sua função dentro de casa como mães e esposas. Já as mais pobres enfrentavam grande pressão dos religiosos para que abdicassem das liberdades conquistadas em nome de um “sacrifício” pelo islã (PAIDAR, 1995, p. 160-164).

No geral, as mulheres não avançaram em posições de liderança, tanto na política quanto no mercado de trabalho (MAHDI, 2004, p. 433). Isso expunha as contradições do regime Pahlavi, que possuía um lado progressista, mas principalmente uma faceta

patriarcal. Ainda que a modernização implicasse em mudanças no *status* legal das mulheres, o Estado também projetava nessa modernização uma ideia específica do que as mulheres deveriam ser e querer, também limitando o que elas poderiam ambicionar.

### 3.3. Resultados da incorporação dos direitos das mulheres ao projeto de *nation-building*

A verificação dos critérios de sucesso de um projeto de *nation-building* e a importância das mulheres para o projeto pode ser observada na tabela abaixo:

Tabela 3

<u><b>Critério</b></u>	<u><b>Aplicação na 2ª fase do projeto de <i>nation-building</i> Pahlavi</b></u>	<u><b>Importância dos direitos das mulheres de acordo com este critério</b></u>	<u><b>Cumprimento do critério</b></u>
<b>Ideologia integradora</b>	Nacionalismo persa e modernização por meio da Revolução Branca.	A criação de uma cidadã-exemplo de um Irã moderno, unido e forte, à maneira persa.	A base ideológica do regime não teve ressonância entre a população.
<b>Necessidade política</b>	Para o xá, o projeto era fundamental, uma vez que era seu principal trunfo para manter o regime Pahlavi.  Para a população, liberdade de pensamento e religião eram as necessidades políticas em questão.	De acordo com o governo, a modernização do Irã que legitimaria a dinastia passava pela modernização do <i>status</i> das mulheres.	A modernização e a emancipação das mulheres foram rechaçadas pela sociedade iraniana como reformas sem legitimidade social, e não como necessárias.
<b>Capacidade de convencimento do governo</b>	O governo implementou o projeto de maneira arbitrária.	As reformas referentes ao <i>status</i> das mulheres foram implementadas de cima para baixo, sem diálogo com a sociedade.	A arbitrariedade do xá, em vez de convencer a sociedade iraniana, fez com que a emancipação feminina fosse rejeitada pela população.

<p><b>Repertório cultural familiar à sociedade em questão</b></p>	<p>A sociedade iraniana, como um todo, rejeitava as noções de modernidade e ocidentalização.</p>	<p>Em relação às mulheres, a sociedade desconfiava da emancipação patrocinada pelo governo.</p>	<p>A emancipação feminina patrocinada pelo Estado ia contra aos ensinamentos de clérigos, que se opunham politicamente ao governo, criticando a modernização.</p> <p>A maioria da população também era contra a ocidentalização.</p>
<p><b>Reformas que operacionalizam as ideias dos engenheiros sociais</b></p>	<p>Investimento em ensino superior; Feminismo estatal.</p>	<p>Reformas nas leis familiares; instituição dos direitos políticos para as mulheres.</p>	<p>As reformas alteraram o <i>status</i> legal das mulheres, mas alterou a condição social e política apenas de uma minoria.</p>

## Capítulo IV

### A reação das mulheres iranianas ao *nation-building* feminismo estatal do regime Pahlavi

“Eu quero dizer que, se as mulheres desejam progredir, então humildade e submissão aos homens e fragilidade e adulação no protesto pelos nossos direitos não trarão resultado algum... Colocando de outra forma, eu quero destacar que a liberdade de uma mulher deve ser obtida pela própria”  
Iran Arani, Congresso de Mulheres Orientais de 1932 em Teerã (WEBER, 2008, p. 93).

Nos capítulos anteriores, discorreu-se sobre projeto de *nation-building* do regime Pahlavi e suas implicações para as mulheres iranianas. O posicionamento do Estado, ainda que em linhas gerais denotasse um compromisso com o “progresso” e a garantia de direitos a elas, também revelava um movimento de instrumentalização desses direitos em nome de interesses do governo, como a consolidação do Estado e a manutenção da dinastia no poder.

O presente capítulo lidará com a reação a esse projeto de *nation-building* por parte do movimento organizado de mulheres e das mulheres que não foram muito afetadas com as reformas instituídas por Reza Khan e Mohammad Pahlavi. Para tanto, retoma-se o conceito de feminismo estatal, que é chave para analisar a interação entre o movimento feminista independente e o ativismo do Estado para com as mulheres. De acordo com seu conceito original, o feminismo estatal deve estar equilibrado com um feminismo “*bottom-up*”, isto é, calcado na sociedade civil organizada e no ativismo individual, para que haja efetiva diminuição da desigualdade de gênero por meio de reformas conduzidas pelo Estado (HERNES, 1987 *apud* BORCHORST e SIIM, 2005, p. 209). O contexto analisado neste trabalho é bastante distinto daquele que deu origem ao conceito original, sendo assim necessário problematizar este último em duas frentes principais. Primeiro, nota-se que o ativismo estatal como um risco que ameaça a agência individual dos cidadãos; por outro lado, é importante considerar que, por vezes, os direitos das minorias dependem da ação estatal, sem a qual dificilmente seriam obtidos em primeiro lugar.

No caso iraniano, o Estado procurava, deliberadamente, reprimir o ativismo independente e individual, com o objetivo claro de cooptar as mulheres e suas causas ao projeto de *nation-building*. De modo geral, a sociedade civil iraniana reagia à repressão, não deixando de protestar contra o Estado em prol do atendimento de suas demandas.

Aqui é possível incluir o movimento organizado de mulheres. A modernização do *status* das mulheres no país estava no cerne do *nation-of-intent* dos Pahlavi, e estava igualmente no centro da oposição feita ao regime. Assim, não foram apenas os religiosos e tradicionalistas que se indispuseram com o feminismo estatal da dinastia. O movimento organizado de mulheres também se colocou, de certo modo, contra a arbitrariedade com que algumas medidas foram impostas à sociedade.

A oposição feminista ao regime se baseava no entendimento de que direitos devem ser conquistados, e não concedidos, para que signifiquem emancipação verdadeira do grupo em questão. Por outro lado, o programa reformista estatal atendia a muitas demandas do movimento de mulheres, ainda que não a todas, e apoiá-lo pareceria uma atitude lógica. O regime empenhou-se em cooptar o movimento, proibindo a existência de organizações independentes, com o objetivo de ter o apoio político e cultural das mulheres e, dessa forma, angariar maior base de apoio contra a oposição dos religiosos. Não obstante, o movimento não foi totalmente neutralizado – refletindo a força da sociedade civil iraniana e das próprias mulheres –, e passou a realizar maiores manifestações contra o governo no decorrer das décadas de 1960 e 1970. Com vistas ao disposto, este capítulo buscará analisar a reação das mulheres iranianas aos principais aspectos do projeto de *nation-building* dos Pahlavi.

#### 4.1. A reação das mulheres ao feminismo estatal do governo de Reza Khan

A princípio, a ascensão de Khan parecia significar o apoio governamental necessário para a realização das demandas do movimento de mulheres. Em um primeiro momento, visto como uma ideologia integradora, o nacionalismo autocrático e secular do xá de fato favoreceu suas intenções. Khan assumia o poder com um projeto de modernização agressiva, que ignorava as opiniões dos ulemás e pretendia estabelecer, a qualquer custo, um *nation-of-intent* inspirado no Ocidente. Além disso, as organizações de mulheres encontraram espaço para participar na retomada da soberania iraniana, chegando a arrecadar fundos para a criação de um banco nacional que livraria o país da dominação econômica da Grã-Bretanha (HOODFAR, 1999, p. 12). A grande maioria dos periódicos feministas apoiava a iniciativa de Khan em formar um Estado centralizado, e apoiavam seu *nation-of-intent*, que parecia trazer progressos há muito almejados por algumas mulheres iranianas (ROSTAM-KOLAYI, 2003, p. 165). Desse modo, é possível constatar que o movimento de mulheres compreendia e concordava

com a necessidade política de se criar um Estado forte e soberano, validando o *nation-building* de Khan nesse primeiro momento.

O feminismo estatal no primeiro governo Pahlavi, porém, não tinha o bem-estar das mulheres como objetivo central, sendo ele apenas parte do desejo do xá de europeizar o Irã. As principais medidas se concentravam no sistema educacional e na questão do véu (HOODFAR, 1999, p. 13), que pretendiam solucionar o mesmo problema: a falta de mulheres no espaço público. Com a exceção de pequenas mudanças, *status* legal das mulheres foi mantido, sendo o novo código civil basicamente uma codificação da *shar'ia*. Khan pretendia, como uma concessão, deixar a organização familiar sob o jugo dos ulemás, para não se indispor permanentemente com eles. Entendia-se, por exemplo, que as mulheres não poderiam estudar satisfatoriamente se usassem véu, e a entrada delas no sistema educacional estava condicionada ao banimento do mesmo. Dessa maneira, muitas mulheres deixaram de frequentar ambientes públicos, principalmente escolas, para exercer o direito de usar o véu (HOODFAR, 1999, p. 13). Essa arbitrariedade do governo colocou em questão a imagem progressista que o xá pretendia passar por meio de suas reformas (ROSTAM-KOLAYI, 2003, p. 165).

Por conseguinte, a execução dessas medidas causou distensão entre o movimento de mulheres e o regime. A escolha do governo por medidas *top-down* e pela contenção de qualquer iniciativa independente afastou o movimento de mulheres, que procurou diferenciar-se do Estado, resistindo à cooptação o quanto pôde. É este aspecto que torna o feminismo estatal Pahlavi essencialmente instrumentalista: o desequilíbrio entre a agência estatal e a agência individual por meio da repressão do Estado ao ativismo independente.

A última grande ação autônoma do movimento organizado de mulheres se deu no Congresso de Mulheres Orientais de 1932, em Teerã (PAIDAR, 1995, p. 103). A agenda do Congresso estava em consonância com a agenda interna do movimento feminista iraniano, e foi sediado em Teerã por ser esta a “única cidade totalmente livre da influência política ocidental no Oriente” (WEBER, 2008, p. 92) – nessa época, o Estado refundado por Reza Khan havia se estabelecido para além das intervenções políticas, militares e econômicas das potências estrangeiras. Logo após o Congresso, o Estado iraniano se esforçou para cooptar as mulheres para o seu projeto, valendo-se de duas principais frentes: a extinção de organizações independentes, com a criação de uma única, o Centro de Senhoras, supervisionado pela família real (tendo a princesa

Shams Pahlavi como líder), e o início da campanha batizada de *Women's Awakening*, ou “o despertar das mulheres”, em tradução livre (SEDGHI, 2007, p. 83).

A resposta das mulheres iranianas foi diversa. De um lado, estavam aquelas que não viam saída para o movimento fora da alçada estatal, uma vez que viviam em um país ainda bastante voltado para tradições religiosas que fechavam espaços às mulheres. Havia de se considerar, ainda, que muitas das ações e posicionamentos do Centro coincidiam com as demandas e manifestações dos movimentos feministas independentes da década de 1920. Do outro lado estavam aquelas que entendiam que, para uma emancipação verdadeira, as mulheres deveriam conquistar os próprios direitos por si mesmas (PAIDAR, 1995, pp. 103-104; WEBER, 2008, p. 93). Muitas ainda evitavam aceitar a colaboração e proteção de um Estado cujos atos repressivos chegavam diariamente aos seus ouvidos, em demonstrações brutais de um poder absolutista (SEDGHI, 2007, p. 84). Essa mesma repressão estatal era uma realidade que impedia o desenvolvimento dessa segunda vertente de pensamento: a independente Liga Patriótica das Mulheres, de viés socialista, teve suas dependências destruídas por uma multidão incentivada e municada pelo governo (PAIDAR, 1995, p. 102).

#### 4.2. A reação ao feminismo estatal do governo de Mohammad Pahlavi

Essa política de combate a organizações independentes de mulheres se estendeu pelo governo de Mohammad Pahlavi, onde a repressão e a falta de base social do regime atingiu níveis definitivos. O xá só cedeu às demandas das mulheres por direitos políticos quando conseguiu pôr fim à maior organização independente do país, substituindo-a por um Conselho liderado por sua irmã e totalmente alinhado com o Estado. Antes disso, três propostas de lei que garantiam direitos políticos às mulheres foram levadas ao Parlamento, que as recusou. Uma dessas propostas contava com mais de cem mil assinaturas a favor da reforma do código eleitoral, um feito inédito realizado pela União Democrática das Mulheres (SEDGHI, 2007, p. 95), uma das organizações independentes que existiram até o estabelecimento do Conselho. O Conselho foi posteriormente transformado em uma Organização que contava com um bom número de filiadas – mais de 7.000 – mas as decisões não eram democráticas.

O governo de Mohammad Pahlavi deixou claro, por meio desse episódio, que o progresso em relação ao *status* das mulheres só continuaria caso o Estado pudesse controlar o movimento. A questão dos direitos políticos opôs também, novamente, o governo e os ulemás: para evitar que as propostas fossem aprovadas, os religiosos

chegaram a decretar que mulheres sem o véu deveriam ser proibidas de entrar em prédios públicos, mercados e outros espaços. Nesse período, Mohammad Mossadeq ainda era primeiro-ministro, e foi aconselhado a não incluir as mulheres na reforma eleitoral de 1951 (SEDGHI, 2007, pp. 95-96). A queda de Mossadeq trouxe, nas palavras de Hamideh Sedghi (2007, p. 97), uma modernização mais acirrada, mais repressão e, finalmente, o sufrágio feminino, uma vez que deu ao governo Pahlavi mais espaço para agir, e menos amarras institucionais para impor sua visão.

Todavia, enquanto a repressão crescia, a insatisfação também aumentava, e nesse cenário os sentimentos de independência e emancipação em relação ao Estado floresceram na mesma medida em que a capacidade de convencimento do regime diminuía. Dentre a classe média urbana, mulheres ‘não-conformistas’ surgiram, fazendo críticas à monarquia e às suas políticas repressivas (SEDGHI, 2007, p. 180). A aproximação do regime Pahlavi com o Ocidente também modificou a orientação do movimento feminista, que se aproximou do nacionalismo cultural-religioso e da esquerda radical (HOODFAR, 1999, p. 20; SEDGHI, 2007, p. 181). Em um ambiente político crescentemente instável, as mulheres encontraram um novo espaço para a participação nas mobilizações contra o governo: a oposição. As ações das mulheres não-conformistas se dava principalmente de maneira clandestina, propositadamente longe do Estado e da Organização de Mulheres que o apoiava, ainda que seus interesses coincidissem com os da Organização, ao menos *strictu sensu*.

Na Revolução Islâmica, mulheres foram às ruas em grande quantidade (SEDGHI, 2007, p. 199) – incluindo as de classe média que se beneficiavam, em certa medida, das reformas do regime. Elas rejeitavam a ideologia de gênero que o governo tentara executar por meio de seu feminismo estatal, em que a mulher possuía possibilidades limitadas de emancipação. Essas mulheres reivindicavam respeito, valorização de seu papel na sociedade e o fim da objetificação de cunho sexual e de inspiração ocidental. O principal símbolo desse movimento estava no véu: as mulheres que iam às ruas usavam-no como reafirmação cultural e reação ao autoritarismo que, por quase 60 anos, tentara silenciar o movimento feminista no país (HOODFAR, 1999, p. 22; PAIDAR, 1995, pp. 215-217). A Revolução também possuía uma ideologia de gênero clara e que idolatrava mulheres que usavam o véu e clamava contra a ‘corrupção moral’ do regime, enquanto criticava mulheres que não utilizavam o adereço e se posicionavam a favor da secularização.

Isso reflete, principalmente, que a participação das mulheres na queda do regime Pahlavi não se resumia a uma tentativa de retomar as rédeas das próprias demandas para pôr fim à cooptação estatal. As reformas legais e culturais impostas pelos Pahlavi atingiram uma minoria da população feminina, aquela concentrada nos grandes centros urbanos. A imensa maioria das mulheres iranianas permaneceu à margem do progresso no *status* legal, sob uma influência incontestável dos clérigos. Para essas mulheres, as tradições religiosas que definiam seu papel na sociedade jamais tinham sido derrubadas, ou sequer contestadas (HOODFAR, 1999, p. 22-23). Elas foram às ruas contra o regime Pahlavi movidas por objetivos nacionalistas, culturais e religiosos e pelo desejo de combater uma repressão que, graças à narrativa estatal de progresso e modernização, condenava seu modo de vida como “atrasado”, excluindo-as da sociedade iraniana por décadas. Assim, entende-se que o repertório cultural difundido pelo regime não era totalmente familiar às mulheres do país, concentrando-se na vivência das mulheres das classes urbanas mais altas.

Apesar disso, a participação massiva das mulheres na derrubada do regime Pahlavi não representou um aumento de seus direitos no regime que substituiria a última dinastia: os direitos das mulheres foram ligados aos Pahlavi, e se tornaram símbolo da “falta de respeito” e “corrupção moral” da monarquia. Além disso, os direitos das mulheres foram também ligados à ocidentoxificação<sup>16</sup> que a Revolução pretendia expurgar, e o regime em queda foi rotulado como o “pai da prostituição” e o “corruptor da família” (PAIDAR, 1995, p. 217). O discurso revolucionário apresentava uma *nation-of-intent* que carregava uma nova construção de gênero. O líder da Revolução, Khomeini, prometia verdadeira igualdade às mulheres, mas em termos próprios – essencialmente religiosos. Quando Mohammad Pahlavi foi deposto e a República Islâmica foi proclamada, as mulheres representavam uma questão política complexa: seria dada às mulheres que foram para as ruas a igualdade prometida, em uma nova república cuja lei seria baseada na *shar'ia*? A Revolução inaugurava um novo capítulo para as relações de gênero no Irã, e as medidas impostas pelos Pahlavi foram então revogadas praticamente em sua totalidade (HOODFAR, 1999, p. 23).

#### 4.3. Reação das mulheres na sociedade civil à incorporação de seus direitos ao projeto de *nation-building*

---

<sup>16</sup> A *westoxification*, traduzida aqui para ocidentoxificação, representa a reação da sociedade iraniana à modernização agressiva e baseada em um ideal ocidental que o regime Pahlavi procurou empregar no Irã.

A reação do movimento feminista e das mulheres iranianas ao feminismo estatal e ao projeto de *nation-building* do regime Pahlavi pode ser resumida na tabela abaixo:

Tabela 4

<b><u>Critério</u></b>	<b><u>Importância das mulheres neste critério</u></b>	<b><u>Reação do movimento de mulheres organizado</u></b>
<b>Ideologia integradora</b>	Unificação do povo iraniano em torno do nacionalismo persa; Facilitação do processo de secularização da sociedade iraniana.	A princípio aceitação; posteriormente, rejeição à repressão política embutida nessa ideologia.
<b>Necessidade política</b>	A modernização passava necessariamente pelo <i>status</i> das mulheres	O movimento se alinhava inicialmente com muitos pontos do projeto de <i>nation-building</i> , vendo-os como uma necessidade.
<b>Capacidade de convencimento do governo</b>	O governo procurou cooptar as mulheres para o projeto, sem estabelecer diálogo.  Assim, tinha pouca capacidade de convencimento – a pouca que tinha se referia ao fato de que, sem o apoio do Estado, seria mais difícil conquistar direitos.	Quando o Estado tentou cooptar o movimento, muitas mulheres passaram a ativamente rejeitar as medidas previstas pelo projeto de <i>nation-building</i> .
<b>Repertório cultural familiar à sociedade em questão</b>	A modernização abrupta do <i>status</i> das mulheres deveria colaborar para mudar as bases sociais do país e legitimar o projeto.	Às mulheres de classe média urbana no movimento de mulheres organizado, a idéia de emancipação e direitos lhes era familiar.  Já mulheres das classes mais baixas ou que viviam no interior rejeitavam tais ideias, seguindo a orientação cultural dos religiosos e tradicionalistas.
<b>Reformas que operacionalizam as ideias dos engenheiros sociais</b>	O governo fez inúmeras reformas de infraestrutura, no sistema educacional e militar.	Muitas das reformas relativas às mulheres eram demandas do movimento, mas o posicionamento do governo em relação às reformas – instrumentalista – causava

	Em relação às mulheres, o conjunto de medidas se encaixa em um processo de feminismo estatal.	desconforto. Além disso, a implantação de algumas dessas medidas, feita de maneira arbitrária, gerou uma dissidência entre o Estado e as mulheres.
--	---	--

## Conclusão

Este trabalho se propôs a entender a importância dos direitos das mulheres e das questões de gênero para o projeto de *nation-building* Pahlavi no Irã, ocorrido em duas fases, entre 1921 e 1979. A hipótese inicial estimava que o projeto de *nation-building* do regime Pahlavi pretendia desenvolver um Irã moderno tanto para legitimar o regime, quanto para engrandecer o país – o *status* das mulheres iranianas representava essas mudanças. Via-se na modernização também uma arma contra setores tradicionais da sociedade que se opunham ao regime. Assim, o regime teria usado a importância simbólica das mulheres e do feminismo estatal para modificar o *status* delas e se legitimar, cumprindo seu objetivo de modernização, garantindo a estabilidade da dinastia no poder. Aqui, torna-se necessário abrir um parêntese em relação à aplicação do conceito de feminismo estatal ao caso iraniano: tal aplicação não se faz sem ressalvas em relação ao conceito original, que apresenta um escopo bastante limitado graças à sua origem escandinava.

Esta hipótese foi comprovada em partes. Suas tendências gerais se provaram corretas – a modernização representava sim a *raison d'être* do regime Pahlavi, e deveria também servir para transformar o Estado e a sociedade iraniana de tal maneira que as influências mais tradicionais, principalmente dos ulemás, se tornariam subordinadas à influência cultural, política e social da dinastia Pahlavi. No centro dessa modernização se encontravam os direitos das mulheres, um ponto pelo qual ambos os monarcas entendiam ser obrigatório passar para alcançar a transformação que imaginaram para o Irã.

Diante da pesquisa realizada, porém, nota-se que há uma diferença crucial entre a importância das questões de gênero para o governo de Reza Khan e para o governo de seu filho, Mohammad. Khan deparou-se com um Irã dividido e fragilizado, onde a primeira necessidade era o fortalecimento do Estado. Para tanto, tornava-se imperativo associar às reformas burocráticas e de infraestrutura necessárias uma ideologia integradora, nacionalista. Dessa maneira, dentro do *framework* do nacionalismo, as mulheres possuíam maior importância simbólica. O banimento do véu, por exemplo, não deveria significar apenas o fim do uso obrigatório da vestimenta para as mulheres, mas também representava, em um nível mais amplo, a libertação do Irã em relação a costumes que o xá considerava como retrógrados. Tais medidas de feminismo estatal

significam a operacionalização dessa importância. Domesticamente, Khan desfrutou de apoio pelo menos na primeira década de seu governo, uma vez que a sociedade iraniana enxergava um Estado centralizado como uma necessidade política. Essa representa a principal diferença entre o primeiro xá Pahlavi e o segundo, que desde o início possuía pouquíssimo apoio interno.

Mohammad Pahlavi foi conduzido ao poder como sucessor do pai graças ao apoio das potências estrangeiras com interesses no Irã, e desde o início enfrentou dificuldades com seus opositores. O episódio de Mohammad Mossadeq, em que o xá fora efetivamente exilado pelo então primeiro-ministro, estabeleceu o principal objetivo de Pahlavi: manter-se no poder. Dessa maneira, os direitos das mulheres se tornaram uma estratégia política para diminuir o poder dos religiosos, que apoiaram Mossadeq, e para aumentar o grupo de apoio da dinastia. Por isso, os direitos políticos concedidos às mulheres exemplificam essa estratégia, uma vez que o xá aproveitou a demanda dos movimentos de mulheres para cooptá-los. Os direitos políticos seriam menos uma emancipação para as mulheres e mais a garantia de que o xá e seu grupo político teriam o apoio da população feminina do Irã.

Por fim, o autoritarismo é, em grande parte, responsável pelo fracasso do projeto de *nation-building* dos Pahlavi. Enquanto parte do projeto inaugurado por Reza Khan teve ressonância entre a sociedade iraniana, o autoritarismo do xá rapidamente minou essa base social. Mohammad Pahlavi teve dificuldades em manter sua base social desde o começo, e se valeu do mesmo autoritarismo para reprimir protestos e críticas contra seu governo. O feminismo estatal do regime reflete esse autoritarismo: o Estado procurava cooptar e neutralizar qualquer manifestação da sociedade civil, principalmente do movimento organizado de mulheres. Uma particularidade do caso iraniano está no fato de que, ainda que o Estado se esforçasse para neutralizar a agência individual, a sociedade civil iraniana era forte e organizada, conseguindo sobreviver diante do regime autocrático que procurava suprimi-la.

Dessa forma, a dinastia, personificada no segundo e último xá, Mohammad Pahlavi, isolou-se politicamente, afastando-se da sociedade que pretendia transformar. O resultado é conhecido por todos, e um importante fato histórico que modificou o Irã permanentemente: a Revolução Islâmica e a teocracia fundada por Ruhollah Khomeini, onde os direitos das mulheres eram associados ao execrado regime Pahlavi e, portanto, rechaçados como uma perigosa e moralmente corrupta prerrogativa ocidental.

## Referências bibliográficas

- ANSARI, Ali M. The Myth of the White Revolution: Mohammad Reza Shah, 'Modernization' and the Consolidation of Power. *Middle Eastern Studies*, Vol. 37, No. 3, 2001, pp. 1-24
- ATABAKI, Touraj e ZURCHER, Erik J. (ed). *Men of Order: authoritarian modernization under Ataturk and Reza Shah*. Tauris, Londres, 2004.
- BORCHORST, Anne; SIIM, Birte. Woman-friendly policies and state feminism. *Feminist theory*, vol. 9(2), 2008, p. 207–224.
- BORGERHOFF, Andre. The double task: nation- and state-building in Timor-Leste. *European Journal of East Asian Studies*, Vol. 5, No. 1, pp. 101-130, 2006.
- CARVALHO PINTO, Vânia. *Nation-Building, State and the Genderframing of Women's Rights in the United Arab Emirates (1971-2009)*. Londres: Ithaca, 2012.
- CRONIN, Stephanie (org). *The Making of Modern Iran: state and society under Riza Shah (1921-1941)*. Londres e Nova York: Routledge, 2003,.
- DABASHI, Hamid. *Theology of discontent: the ideological foundations of the Islamic Revolution*. Nova York: New York University Press, 1993.
- DERICHS, Claudia. Nation-building in Malaysia under conditions of globalization. Trabalho apresentado na II International Malaysian Studies Conference, 1999.
- DERICHS, Claudia. Shaping the nation : ideological aspects of nation-building. In : HIPPLER, Jochen. *Nation-building : a key concept for peaceful conflict transformation?*. Pluto Press : Londres, 2005.
- DONNELLY, Jack. “Human rights: a new standard of civilisation?”. *International Affairs*, Moscou, vol. 74, no 1, p. 1-24, 1998.
- FAGHFOORY, Mohammad H. The Impact of Modernization on the Ulama in Iran, 1925-1941. *Iranian Studies*, Vol. 31, No. 3/4, 1993, pp. 277-312.
- FAZELI, Nematollah. *Politics of culture in Iran: anthropology, politics and society in the twentieth century*. Nova York: Routledge, 2006.
- GONG, Gerrit. Standard of civilization today. In: MOZZAFARI, Mehdi. *Globalisation and civilizations*. Nova York: Routledge, 2002.
- HALL, John A. Nationalism: classified and explain. *Daedalus*, Vol. 122, No. 3,s.l., pp. 1-28, 1993.
- HATEM, Mervat. Economic and Political Liberation in Egypt and the Demise of State Feminism. *International Journal of Middle East Studies*, Vol. 24, No. 2, 1992, pp. 231-251.
- HIPPLER, Jochen. Violent conflicts, conflict prevention and Nation-building – Terminology and Political Concepts. In: HIPPLER, Jochen. *Nation-building: a key concept for peaceful conflict transformation?*, Pluto Press: Londres, 2005.
- HOODFAR, Homa. The women’s movement in Iran: women at the crossroads of secularization and islamization, *Women Living Under Muslim Laws*, Edição Especial: The Women's Movement Series, s.v., no.1, 1999.
- HOVEYDA, Fareydoun. *The Shah and the Ayatollah: Iranian Mythology and Islamic Revolution*. Londres: Praegers Publishers, 2003.
- JAYAWARDENA, Kumari. *Feminism and nationalism in the third world*. Zed Books: s.l., 1986.
- KANDIYOTI, Deniz. Identity and its discontents: women and the nation. *Journal of International Studies*, Londres, vol.20, no. 3, 2004, pp. 429-43.
- KANTOLA, Johanna; OUTSHOORN, Joyce. *Changing state feminism*. Nova York: Palgrave Macmillan, 2007.

- KASHANI-SABET, Firoozeh. Patriotic Womanhood: The Culture of Feminism in Modern Iran, 1900-1941. *British Journal of Middle Eastern Studies*, vol. 32, no. 1, 2005, pp. 29-46.
- KATOUIZIAN, Homa. *Riza Shah's political legitimacy and social base 1921-1941*. IN: CRONIN, Stephanie (org). *The Making of Modern Iran: state and society under Riza Shah (1921-1941)*. Londres e Nova York: Routledge, 2003, pp. 15-37.
- LOVENDUSKI, Joni. Introduction: state feminism and the political representation of women. IN: LOVENDUSKI, Joni (org.). *State feminism and political representation*. Nova York: Cambridge University Press, 2005.
- MAHDAVI, Shireen. Reza Shah and women: a re-evaluation. IN: CRONIN, Stephanie (org). *The Making of Modern Iran: state and society under Riza Shah (1921-1941)*. Londres e Nova York: Routledge, 2003, pp. 190-201.
- MAHDAVI, Shireen. Women and the Shii Ulama in Iran. *Middle Eastern Studies*, vol. 19, no. 1, 1983, pp. 17-27.
- MAHDI, Ali Akbar. The Iranian Women's Movement: A Century Long Struggle. *The Muslim World*, s.n., vol. 94, 2004, pp. 427-448.
- MARASHI, Afshin. Performing the nation: The Shah's official statevisit to Kemalist Turkey, June to July 1934. IN: CRONIN, Stephanie (org). *The Making of Modern Iran: state and society under Riza Shah (1921-1941)*. Londres e Nova York: Routledge, 2003, pp. 103-124.
- MATTHEE, Rudi. Transforming dangerous nomads into useful artisans, technicians, agriculturalists: education in the Reza Shah period. IN: CRONIN, Stephanie (org). *The Making of Modern Iran: state and society under Riza Shah (1921-1941)*. Londres e Nova York: Routledge, 2003, pp. 128-151.
- MIR-HOSSEINI, Ziba. Women and politics in post-Khomeini Iran: Divorce, veiling and emerging feminist voices. IN: AFSHAR, Haleh. *Women and politics in the Third World*. Routledge: Londres, 1996, pp. 145-173.
- MOGHADAM, Valentine. Gender, national identity and citizenship. *Women & Politics*, s.l, vol. 25, no. 2, 1999, pp. 63-87.
- MOZAFFARI, Mehdi. The transformationalist perspective and the rise of a new standard of civilization. *International Relations of Asia-Pacific*, s.l., vol. 1, s.n., pp. 247-264.
- PAIDAR, Parvin. Feminism and Islam in Iran. IN: KANDIYOTI, Deniz. *Gendering the Middle East: Emerging Perspectives*. Syracuse: Syracuse University Press, 1996. Versão em HTML disponível em: <http://www.zanestan.es/issue2/07,10,23,03,09,20/>.
- PAIDAR, Parvin. *Women and the political process in twentieth-century Iran*. Cambridge: Cambridge University Press, 1995.
- RAMAZANI, Iran's White Revolution: A Study in Political Development. *International Journal of Middle East Studies*, vol. 5, no. 2, 1971, pp. 124-139.
- ROSTAM-KOLAYI, Jasamin. Expanding agendas for the new Iranian woman: family law, work and unveiling. IN: CRONIN, Stephanie (org). *The Making of Modern Iran: state and society under Riza Shah (1921-1941)*. Londres e Nova York: Routledge, 2003, pp. 164-189.
- SEDGHI, Hamideh. *Women and Politics in Iran: Veiling, Unveiling, and Reveiling*. Nova York: Cambridge University Press, 2007.
- SMITH, Anthony. *National Identity*. Penguin Books, Londres, 1991.
- TILLY, Charles. Self-determination as a problem for all of us. *Daedalus*, Vol. 122, No. 3, s.l., pp. 29-36, 1993.

- TOWNS, Ann. The status of women as a standard of civilization". *European Journal of International Relations*, s.l., vol. 15 no. 4, 2009, pp. 681-706.
- University of Malaya, Kuala Lumpur, Malaysia, 2-4 August 1999
- WAGNER, Heather Lehr. *Creation of the Modern Middle East – Iran*. Nova York: Chelsea House Publisher, 2009.
- WEBER, Charlotte. Between Nationalism and Feminism: The Eastern Women's Congresses of 1930 and 1932. *Journal of Middle East Women's Studies*, Edição Especial: Early Twentieth Century Middle Eastern Feminisms, Nationalisms, and Transnationalisms, vol. 4, no. 1, 2008, pp. 83-106.
- WHITE, Jenny B. State feminism, modernization and the Turkish Republic woman. *NWSA Journal*, Volume 15, no. 3, 2003, pp. 145-159.
- YAGANEH, Nahid. Women, Nationalism and Islam in Contemporary Political Discourse in Iran. *Feminist Review*, No. 44, Nationalism and National Identities, 1993, pp. 3-18.
- YUVAL-DAVIS, Nira. *Gender and nation*. Thousand Oaks: SAGE publications, 1997.
- ZIRINSKI, Michael. Imperial Power and Dictatorship: Britain and the Rise of Reza Shah, 1921-1926. *International Journal of Middle Eastern Studies*, s.v., n. 24, 1992, pp. 639-663.
- ZIRINSKY, Michael. Riza Shah's abrogation of capitulations, 1927-1928. IN: CRONIN, Stephanie (org). *The Making of Modern Iran: state and society under Riza Shah (1921-1941)*. Londres e Nova York: Routledge, 2003, pp. 84-101.